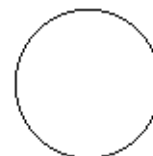




**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA



Fls.: 198  
Proc.: 39765/06  
\_\_\_\_\_  
Rubrica

**Processo:** nº 39.765/2006 (e).

**Origem:** Ministério Público de Contas do Distrito Federal - MPC/DF.

**Assunto:** Fiscalização de Pessoal.

**Ementa:** . Ofício nº 527/2006-PG, da Procuradora-Geral Cláudia Fernanda de Oliveira Pereira, que encaminha cópia extraída do DODF de recomendação do Conselho de Política de Recursos Humanos a respeito da aplicação do teto remuneratório nas Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista do Distrito Federal.

. Aplicação do teto remuneratório às Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista que não recebam recursos do Tesouro do DF para custeio de suas respectivas folhas de pessoal, bem como aos policiais civis, militares e bombeiros militares do DF. Art. 37, inciso XI, da Constituição Federal.

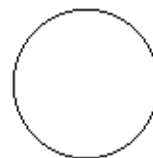
. Implicações do Parecer nº 187/2007 - PROPES/PGDF. Exame quanto à possibilidade de instituir controle por meio do SIGRH do teto remuneratório e demais informações estipendiárias dos empregados de todas as empresas estatais do DF.

. Instrução complementar em atenção ao disposto na Decisão nº 5.630/2007 (fls. 53/93).

. Parecer parcialmente convergente do Ministério Público de Contas do Distrito Federal (fls. 96/115).



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA



Fls.: 199

Proc.: 39765/06

\_\_\_\_\_  
Rubrica

**. Voto proferido na Sessão Ordinária de 12.08.2008 no sentido do acolhimento do parecer ministerial e arquivamento destes autos (fls. 116/192).**

**. Decisão nº 4.668/2008. Voto de vista formulado pelo ilustre Conselheiro Manoel de Andrade, que propõe alteração no voto do Relator (fls. 193/196).**

**. Manutenção do voto proferido na Sessão Ordinária de 12.08.2008.**

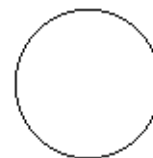
## **RELATÓRIO**

Na Sessão Ordinária do dia 12 do corrente mês, proferi Relatório/Voto com o seguinte teor:

*"Cuidam os autos de análise, pela 4ª Inspeção de Controle Externo e pela Comissão Permanente de Inspectores de Controle Externo-CICE, acerca do assunto agitado no Ofício nº 527/06-MPC/PG (fl. 01), no qual a Senhora Procuradora-Geral do Ministério Público de Contas do Distrito Federal, Drª Cláudia Fernanda de Oliveira Pereira, encaminha cópia de extrato da 1.024ª Reunião Ordinária do Conselho de Política de Recursos Humanos, que deliberou no sentido de "recomendar que as Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista, que tenham participação acionária majoritária do Governo do Distrito Federal, para o custeio da folha de pagamentos, adotem o teto remuneratório para seus empregados, conforme disposições contidas no art. 19, inciso X, da Lei nº 3.894, de 12 de julho de 2006, inclusive para*



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA



Fls.: 200

Proc.: 39765/06

\_\_\_\_\_  
Rubrica

*seus administradores e conselheiros, com atuação no Conselho de Administração (art. 142 da Lei nº 6.404/76) e fixação pela Assembléia Geral (art. 152 da Lei nº 6.404)\".*

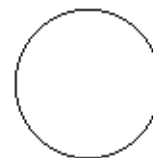
*Na presente etapa processual, aprecia-se o resultado da diligência objeto da Decisão nº 5.630/2007, que estatuiu:*

*“O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, determinou o retorno dos autos à Comissão de Inspectores de Controle Externo - CICE para que, no prazo de 60 (sessenta) dias:*

- a) análise, à luz das Decisões nºs 3.514/2002 e 6.868/2006, bem como de outras pertinentes, da Súmula nº 647 do Supremo Tribunal Federal, da Lei Federal nº 8.448/1992 e do § 9º do art. 37 da Constituição, a legalidade e a constitucionalidade da imposição de teto remuneratório aos policiais civis, militares e bombeiros militares do DF, bem como às empresas públicas e às sociedades de economia mista do Distrito Federal, que não recebem recursos do Tesouro do DF para custeio de suas respectivas folhas de pessoal, tal como definido no Parecer nº 187/2007-PROPES/PGDF, na forma acolhida pelo Senhor Governador do Distrito Federal;*
- b) verifique as demais implicações do Parecer nº 187/2007 - PROPES/PGDF;*



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA



Fls.: 201  
Proc.: 39765/06

Rubrica

- c) examine a possibilidade de instituir o controle, por meio do Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Humanos - SIGRH, do teto remuneratório e demais informações estipendiárias dos empregados de todas as empresas estatais do Distrito Federal e, no caso da impossibilidade, indique o melhor instrumento de fiscalização a ser empregado."

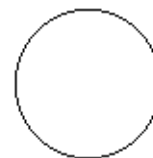
A respeito dos temas em pauta, a 4ª Inspeção de Controle Externo manifestou o seguinte entendimento:

"2. No último pronunciamento exarado nos autos (Decisão nº 5630/07), o Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do ilustre Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, determinou o retorno dos autos à Comissão de Inspectores de Controle Externo - CICE para que, no prazo de 60 (sessenta) dias:

- a) analise, à luz das Decisões nºs 3.514/2002 e 6.868/2006, bem como de outras pertinentes, da Súmula nº 647 do Supremo Tribunal Federal, da Lei Federal nº 8.448/1992 e do § 9º do art. 37 da Constituição, a legalidade e a constitucionalidade da imposição de teto remuneratório aos policiais civis, militares e bombeiros militares do DF, bem como às empresas públicas e às sociedades de economia mista do Distrito Federal, que não recebem recursos do Tesouro do DF para custeio de suas respectivas folhas de pessoal, tal como definido no Parecer nº 187/2007-PROPES/PGDF, na forma acolhida pelo Senhor Governador do Distrito Federal; b) verifique as demais implicações do



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA



Fls.: 202

Proc.: 39765/06

\_\_\_\_\_  
Rubrica

*Parecer nº 187/2007 - PROPES/PGDF; c) examine a possibilidade de instituir o controle, por meio do Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Humanos - SIGRH, do teto remuneratório e demais informações estipendiárias dos empregados de todas as empresas estatais do Distrito Federal e, no caso da impossibilidade, indique o melhor instrumento de fiscalização a ser empregado.*

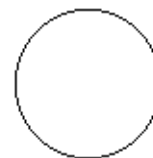
*3. Inicialmente, mister se faz trazer à tona os dispositivos constitucionais que balizam a questão referente ao teto remuneratório em comento:*

*Art. 37 (...)*

*XI - a remuneração e o subsídio dos ocupantes de cargos, funções e empregos públicos da administração direta, autárquica e fundacional, dos membros de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos detentores de mandato eletivo e dos demais agentes políticos e os proventos, pensões ou outra espécie remuneratória, percebidos cumulativamente ou não, incluídas as vantagens pessoais ou de qualquer outra natureza, não poderão exceder o subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, aplicando-se como limite, nos Municípios, o subsídio do Prefeito, e nos Estados e no Distrito Federal, o subsídio mensal do Governador no âmbito do Poder Executivo, o subsídio dos Deputados Estaduais e Distritais no âmbito do Poder Legislativo e o subsídio dos Desembargadores do Tribunal de Justiça, limitado a noventa inteiros e vinte e cinco centésimos por cento do subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, no âmbito do Poder Judiciário, aplicável*



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA



Fls.: 203

Proc.: 39765/06

\_\_\_\_\_  
Rubrica

*este limite aos membros do Ministério Público, aos Procuradores e aos Defensores Públicos.*

*(...)*

*§9º O disposto no inciso XI aplica-se às empresas públicas e as sociedades de economia mista, e suas subsidiárias, que receberem recursos da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios para pagamento de despesas de pessoal ou de custeio em geral."*

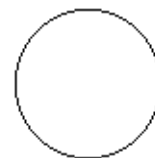
**DA ANÁLISE QUANTO À APLICAÇÃO DO TETO REMUNERATÓRIO ÀS EMPRESAS PÚBLICAS E SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA QUE NÃO RECEBEM RECURSOS DO TESOURO DO DF PARA CUSTEIO DE SUAS RESPECTIVAS FOLHAS DE PESSOAL.**

*4.Considerando a auto-aplicabilidade do dispositivo constitucional acima transcrito pode-se concluir que apenas as empresas públicas e as sociedades de economia mista que recebam recursos públicos para pagamento de despesas de pessoal ou de custeio submetem-se ao teto constitucional.*

*5.Noutro giro, máxime em relação às empresas estatais não subvencionadas por recursos públicos, não se pode deixar de levar em consideração que a autonomia administrativa, operacional e financeira de tais entidades da administração indireta constitui a própria razão de ser da descentralização da administração pública. O legislador, ao empreender a reforma administrativa, objeto do Decreto-Lei nº 200/67, procurou garantir a autonomia dessas entidades por meio de normas impeditivas de sua burocratização, de modo a lhes conceder liberdade de ação na consecução de seus fins. Assim, é que as considera vinculadas, e não subordinadas, aos*



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA



Fls.: 204

Proc.: 39765/06

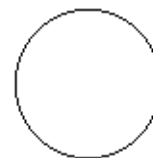
\_\_\_\_\_  
Rubrica

*respectivos Ministérios, ao mesmo tempo em que estabelece limites à supervisão ministerial (no GDF equivalem às Secretarias), que não poderá ferir, mas deverá assegurar sua autonomia administrativa, operacional e financeira (art. 4, § 1º, e 26, IV). Ademais, tais empresas sujeitam-se ao regime privado, relativamente aos direitos e obrigações civis, comerciais, trabalhistas e tributárias, nos termos do art. 173 da CF, opção conferida pelo legislador constituinte para que as estatais atuem no regime de livre concorrência com a iniciativa privada.*

*6. Por outro lado, tal entendimento não significa que as entidades estatais, sejam "dependentes" ou "independentes" (caso recebam ou não recursos públicos, conforme definido no art. 2º, III, da LC 101/2000), tenham total liberdade para estipular os salários que bem entenderem, porquanto possuem, ao menos em parte, capital público, prestam contas ao TCDF e estão jungidas à observância dos princípios da moralidade, da economicidade e da impessoalidade, entre outros dispositivos atinentes ao regime público, tais como a submissão de concurso público para preenchimento de empregos públicos, a vedação de acumulação de empregos públicos, a obrigatoriedade de licitação e a probidade administrativa. Aliás, oportuno realçar que os dirigentes das estatais encontram-se alcançados pela Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8429/92), conforme se depreende da inteligência dos artigos 1º e 2º daquele diploma, que os considera agentes públicos, sendo obrigados a velar pela estrita observância dos princípios constitucionais estampados no art. 37, CF e sujeitos às sanções contidas no art. 12, inciso III, pela prática de atos que atentem contra os princípios da administração pública (art. 11). Portanto, o fato de terem personalidade jurídica de direito privado não as coloca no nível de exata igualdade com as pessoas pertencentes à iniciativa privada e nem poderia ser assim, vez que, nas entidades da*



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA



Fls.: 205  
Proc.: 39765/06

Rubrica

*administração indireta, o Estado é o grande comandante.*

*7.Registre-se que uma decisão sobre quaisquer acréscimos remuneratórios nas estatais é submetida a diversas instâncias deliberativas internas e se sujeita aos órgãos próprios de administração e controle, atuando de forma harmônica e coordenada com a política do governo distrital. É o que se depreende da dicção do próprio Decreto nº 28.113/07, ao estabelecer que as entidades nele mencionadas, observada a política de remuneração adotada pelo GDF, elaborarão a proposta de remuneração dos seus dirigentes, encaminhando-a ao Conselho de Política de Recursos Humanos - CPRH, e, uma vez aprovada, deve ser devolvida à respectiva empresa pública ou sociedade de economia mista para que seja submetida, respectivamente, ao Conselho de Administração ou à Assembléia Geral de Acionistas, conforme disposto em seus estatutos.*

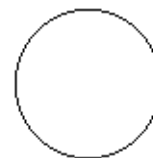
*8.A propósito, eventuais excessos poderão ser questionados pelo TCDF, uma vez que o STF, por meio dos MS 25.092 e MS 25.181 consagrou definitivamente a competência dos Tribunais de Contas para fiscalizarem as empresas públicas e as sociedades de economia mista, não importando se prestadoras de serviço público ou exploradoras de atividade econômica. No mérito, entendeu-se que tais entidades não se sujeitam somente ao direito privado, já que seu regime é híbrido, mas também, e em muitos aspectos, ao direito público, tendo em vista notadamente a necessidade de prevalência da vontade do ente estatal que as criou, visando ao interesse público.*

*9.Observe-se que, acerca da matéria, o colendo Tribunal Superior do Trabalho editou a Orientação Jurisprudencial 339 da SBDI-1/TST, com o seguinte teor:*





**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA



Fls.: 206

Proc.: 39765/06

\_\_\_\_\_  
Rubrica

*TETO REMUNERATÓRIO - EMPRESA PÚBLICA E SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA - ART. 37, XI, DA CF/1988.*

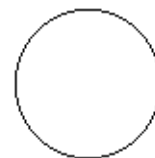
*As empresas públicas e as sociedades de economia mista estão submetidas à observância do teto remuneratório previsto no inciso XI do art. 37 da CF/1998, sendo aplicável, inclusive, ao período anterior à alteração introduzida pela Emenda Constitucional nº 19/98.*

10. *Considera a egrégia Corte Superior Trabalhista que o fato de o artigo 173, § 1º, da CF/88 estabelecer que as empresas públicas e sociedades de economia mista sujeitam-se ao regime jurídico próprio das empresas privadas não significa que tal dispositivo deve ser interpretado isoladamente, mas no contexto constitucional em que foi inserido, levando em consideração, sobretudo, a supremacia do interesse público e os princípios que devem nortear a atuação da administração pública em sua integralidade. No âmbito federal, a Lei nº 8852/94 estabelecia um limite máximo de remuneração para efeitos do inciso XI do art. 37, CF, a teor do seu art. 3º, contemplando os servidores da Administração Pública direta, indireta e fundacional, alcançando os empregados das empresas públicas e de sociedades de economia mista, indistintamente (art. 1º, "c").*

11. *Desse modo, malgrado o § 9º do art. 37 da CF não considere as entidades "independentes" tem-se por razoável e consentâneo com a moralidade administrativa conferir tratamento isonômico aos entes estatais, estendendo a aplicação do teto remuneratório a todos os entes da administração indireta, na forma estabelecida pelo Decreto nº 28.113/07, buscando estabelecer um patamar razoável de remuneração*



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA



Fls.: 207

Proc.: 39765/06

\_\_\_\_\_  
Rubrica

*para aquelas estatais, o que não se confunde com o teto legalmente exigido pela Lei Maior (art. 37, XI).*

12. A respeito da matéria, o jurista José dos Santos Carvalho Filho, em nota de rodapé insculpida em sua obra "Manual de Direito Administrativo", p. 616, faz o seguinte comentário acerca do disposto no art. 37, § 9º, CF:

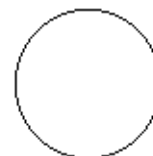
*Esta nova regra mereceu algumas críticas por estarem excluídos os empregados de outras empresas paraestatais, aquelas que não recebem recursos para pagamento de despesas de pessoal. De fato, causa certa preocupação a aplicação futura desse mandamento, porque se podem vislumbrar novas discussões sobre diferenças de remuneração entre empregados de entidades paraestatais, bem como o costumeiro nepotismo que assola algumas Administrações, nas quais eventuais favorecimentos serão direcionados preferencialmente para tais entidades, não condicionadas a qualquer parâmetro remuneratório.*

13. Frise-se que tal posicionamento não entra em rota de colisão com a Decisão nº 3514/02, cujo entendimento da Corte consubstanciou-se na "não aplicabilidade aos empregados das Empresas Públicas e das Sociedades de Economia Mista do teto remuneratório, exceto quando percebam recursos estatais para pagamento de despesas de pessoal e de custeio em geral, como definiu a Emenda Constitucional nº 19/98".

14. Isso porque o estabelecimento do teto aos entes estatais "independentes" por meio do



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA



Fls.: 208

Proc.: 39765/06

\_\_\_\_\_  
Rubrica

*multicitado decreto resulta de política de governo, sob a égide do aspecto gerencial, tendo por norte o interesse público, o que não malfere as regras vigentes no ordenamento jurídico acerca da matéria, uma vez que o ato normativo foi editado em consonância com o poder discricionário da Administração, à luz dos princípios regentes da administração pública, malgrado, a toda evidência, não haja vinculação legal que obrigue a fixação de teto para essas entidades, porquanto não enquadradas no art. 37, XI, da CF, a teor do § 9º desse dispositivo. A verdade é que a fixação de um efetivo teto remuneratório configura antigo anseio geral no sentido da concretização definitiva da transparência na remuneração dos agentes públicos, não sendo crível conceber uma remuneração que extrapole o limite do que o país considera como remuneração justa para a função pública.*

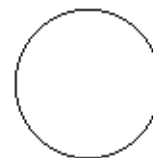
15. A propósito, o Decreto distrital nº 27.956, de 16 de maio de 2007, que Institui procedimentos relativos à política salarial dos servidores e empregados da Administração Direta e Indireta do Distrito Federal, abarca as entidades estatais, a saber:

*Art. 1º - A Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão do Distrito Federal coordenará as discussões relativas a Política Salarial dos servidores da Administração Direta, Autárquica e Fundacional, bem como as referentes aos dissídios coletivos dos empregados das empresas públicas e sociedades de economia mista.*

*Art. 2º - A Política salarial deverá observar rigorosamente os limites previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal.*



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA



Fls.: 209  
Proc.: 39765/06

Rubrica

16. Desse modo, deduz-se que o estabelecimento do teto remuneratório também para as entidades estatais "independentes" serve de balizamento de molde a permitir que os órgãos de controle melhor avaliem o nível de remuneração dos dirigentes dessas entidades, coibindo eventuais abusos que a ausência de parâmetros mais objetivos poderia ensejar.

17. Decerto que questionamentos poderiam exsurgir relativamente à roupagem jurídica em que se revestiu o ato administrativo fixador do multicitado teto remuneratório, qual seja, "decreto", ante a controvérsia existente na doutrina e jurisprudência no tocante à possibilidade de edição do denominado "decreto autônomo".

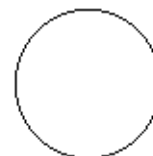
(...)

25. A par de toda essa celeuma, deve-se conferir ao tema uma interpretação conforme a Constituição, modalidade instrumental que visa atender ao objetivo de manutenção ou conservação das normas no ordenamento jurídico. Nesse sentido, impende considerar que a fixação de tetos remuneratórios engendrada pelo Decreto nº 28.113/07 tem cunho eminentemente orientativo, servindo como balizamento para a proposta de remuneração a ser encaminhada pela respectiva Empresa Pública ou Sociedade de Economia Mista ao Conselho de Política de Recursos Humanos - CPRH, e posterior submissão ao crivo dos respectivos Conselhos de Administração ou Assembléia Geral de Acionistas, na forma do art. 2º, do Decreto nº 28.113/07.

26. Convém repisar, ainda, que, malgrado tais entidades possuam caráter autônomo, não



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA



Fls.: 210

Proc.: 39765/06

\_\_\_\_\_  
Rubrica

*estando subordinadas hierarquicamente ao ente estatal distrital, submetem-se ao controle deste, até porque detém a participação patrimonial majoritária. Assim, o caráter orientativo da fixação do teto remuneratório pelo multicitado decreto traduz-se em instrumento de controle da Administração, não tendo o condão de impor obrigações ou conceder/limitar direitos (que deveria decorrer de lei em sentido estrito), o que se harmoniza com o disposto no art. 116, alínea "b", parágrafo único e art. 117, caput, da Lei de Sociedades Anônimas (Lei nº 6404/76), diante da sua prerrogativa de dirigir as atividades sociais e orientar o funcionamento dos órgãos da companhia, situação que não vulnera a atribuição de a Assembléia-geral (art. 152 da Lei nº 6404/76) ou o Conselho de Administração (conforme definido nos estatutos de empresas públicas) fixarem o montante global ou individual da remuneração dos administradores e empregados das estatais.*

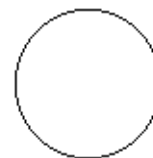
**DA ANÁLISE COM RELAÇÃO À APLICAÇÃO DO TETO REMUNERATÓRIO AOS POLICIAIS CIVIS, MILITARES E BOMBEIROS MILITARES DO DF E IMPLICAÇÕES DO PARECER Nº 187/2007-PROPE/PGDF.**

27. Quanto à possibilidade de imposição de teto remuneratório aos policiais civis, militares e bombeiros militares do DF, ante as disposições contidas na Decisão TCDF nº 6868/2006, a Súmula nº 647/STF e a Lei Federal nº 8448/92, bem como no teor do Parecer nº 187/2007-PROPE/PGDF, oportuno fazer preliminarmente um escorço histórico acerca das modificações ocorridas no texto do artigo 37, XI, da CF, que originalmente ostentava o seguinte teor:

XI - A lei fixará o limite máximo e a relação de valores entre a maior e a menor remuneração dos servidores



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA



Fls.: 211

Proc.: 39765/06

\_\_\_\_\_  
Rubrica

*públicos, observados, como limites máximos e no âmbito dos respectivos poderes, os valores percebidos como remuneração, em espécie, a qualquer título, por membros do Congresso Nacional, Ministros do Supremo Tribunal Federal e seus correspondentes nos Estados, no Distrito Federal e nos Territórios, e, nos Municípios, os valores percebidos como remuneração, em espécie, pelo Prefeito.*

28. Foi nesse contexto que foi editada a Lei Federal nº 8448/92, estabelecendo, no âmbito federal, as seguintes disposições acerca do teto:

Art. 1º A remuneração mensal de servidor da administração pública direta, autárquica e fundacional, de qualquer dos Poderes da União, terá como limite máximo, no âmbito de cada Poder, os valores percebidos como remuneração no mesmo período, em espécie, a qualquer título, por:

*I - membro do Congresso Nacional;*

*II - Ministro de Estado;*

*III - Ministro do Supremo Tribunal Federal.*

*(...)*

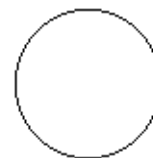
Art. 2º O disposto nesta lei aplica-se, no que couber:

*I - ao pessoal civil da administração pública direta, autárquica e fundacional dos Poderes da União e ao pessoal militar;*

*II - aos servidores do Distrito Federal, ocupantes de cargos de Polícia Civil,*



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA



Fls.: 212

Proc.: 39765/06

\_\_\_\_\_  
Rubrica

Polícia Militar e Corpo de Bombeiros Militar, bem como aos servidores dos antigos Territórios remunerados pela União. (grifamos)

29. Com o advento da EC 19/98, o teor do inciso XI do art. 37 da CF sofreu substancial alteração, passando a estabelecer teto único aos entes federativos, senão vejamos:

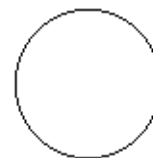
XI - a remuneração e o subsídio dos ocupantes de cargos, funções e empregos públicos da administração direta, autárquica e fundacional, dos membros de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos detentores de mandato eletivo e dos demais agentes políticos e os proventos, pensões ou outra espécie remuneratória, percebidos cumulativamente ou não, incluídas as vantagens pessoais ou de qualquer outra natureza, não poderão exceder o subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal (grifamos)

30. À época, a fixação do teto dependia de ato conjunto dos chefes do Executivo, Judiciário e presidentes da Câmara dos Deputados e Senado (art. 48, XV, com redação dada pela EC nº 19/98, art. 7º), o que não chegou a ser concretizado.

31. Posteriormente, a EC 41/03 conferiu novos contornos à matéria. Além de eliminar a necessidade de lei de iniciativa dos quatro presidentes de Poderes (Judiciário, Executivo, Senado e Câmara dos Deputados) para fixar o teto remuneratório, como previsto na EC nº 19/98, a EC nº 41/2003 cria o chamado subteto para Estados, Distrito Federal e Municípios.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA



Fls.: 213

Proc.: 39765/06

\_\_\_\_\_  
Rubrica

32. Efetivamente, o inciso XI do art. 37 da CF (redação dada pela EC nº 41/03), institui teto remuneratório diferenciado para o serviço público dos Estados, Distrito Federal e Municípios. O legislador-reformador optou por fixar um subteto para cada Poder, sendo o do Executivo, o subsídio mensal do Governador, do Legislativo, o subsídio mensal do Deputado Estadual ou Distrital e no Judiciário, o subsídio mensal dos Desembargadores, limitados, entretanto, a 90,25% do subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal. Nos municípios, o limite é o subsídio do Prefeito, seja o servidor do Executivo ou Legislativo.

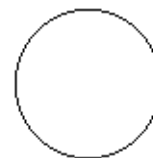
33. A proposta adota parcialmente o regime de fixação de subtetos em cada âmbito dos Poderes do Estado, modelo preferido pelo constituinte originário de 1988. No caso do Poder Judiciário, a relação entre o maior subsídio pago pela União e o maior pago pelo Estado é fixada em 90,25%. Trata-se, realmente, de subteto porque o limite de remuneração do serviço público dos Estados, Distrito Federal e Municípios deve ficar aquém do teto federal, tanto que no Judiciário, o patamar máximo é de 90,25% do subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal. Igual sorte seguem os demais Poderes, pois os subsídios dos Deputados, Prefeitos e Governadores também encontram limites inferiores aos dos Ministros do Supremo Tribunal Federal. Dessa forma, jamais os servidores dos Estados, Distrito Federal ou Municípios terão seus vencimentos equiparados ao limite federal (salvo quanto à magistratura, conforme liminar proferida na ADI 3854/STF).

34. Com a edição da Emenda nº 47/05, foi acrescido o § 12 ao art. 37, permitindo aos Estados e ao Distrito Federal fixarem como





**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA



Fls.: 214

Proc.: 39765/06

\_\_\_\_\_  
Rubrica

*limite único de remuneração, nos termos do inc. XI, do caput, o subsídio mensal dos Desembargadores do respectivo Tribunal de Justiça limitada a 90,25% do valor dos subsídios dos Ministros dessa Corte.*

35. No âmbito distrital, foi editada a EC 46/2006, alterando a redação do artigo 19, inciso X, da LODF, passando a conter a seguinte redação:

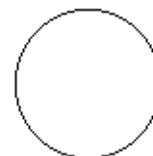
*X - para fins do disposto no art. 37, XI, da Constituição da República Federativa do Brasil, fica estabelecido que a remuneração e o subsídio dos ocupantes de cargos, funções e empregos públicos, dos membros de qualquer dos Poderes e dos demais agentes políticos do Distrito Federal, bem como os proventos de aposentadorias e pensões não poderão exceder o subsídio mensal, em espécie, dos Desembargadores do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, na forma da lei, não se aplicando o disposto neste inciso aos subsídios dos Deputados Distritais.*

36. Para fins do disposto no sobredito dispositivo, foi editada a Lei nº 3.894/2006, fixando o teto de remuneração no âmbito do Distrito Federal em R\$ 22.111,25 (vinte e dois mil, cento e onze reais e vinte e cinco centavos), correspondentes ao subsídio mensal, em espécie, dos Desembargadores do TJDF.

37. Acerca da possibilidade de estender o sobredito teto aos servidores da Polícia Civil e Militar do Distrito Federal, a Procuradoria Geral do DF, por meio do Parecer nº 187/2007-PROPES/PGDF, enfrentou a matéria, apresentando



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA



Fls.: 215

Proc.: 39765/06

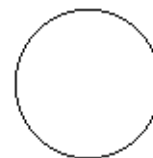
\_\_\_\_\_  
Rubrica

*judiciosa análise, donde se extrai o seguinte excerto:*

*Em primeiro lugar, deve-se ressaltar que os servidores da Polícia Civil, da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar são servidores do Distrito Federal (CF, art. 42, caput, e 144, §6º). Pertencem estas Instituições ao Distrito Federal, ao contrário de outras - como o Poder Judiciário e o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios - que pertencem à União. Por isso mesmo, os concursos públicos para provimento dos respectivos cargos são realizados pelo Distrito Federal; as nomeações e demissões desses servidores são feitas pelo Governador do Distrito Federal; as ações judiciais são ajuizadas contra o Distrito Federal, cuja defesa em juízo é feita por esta Procuradoria-Geral, sendo decididas pela Justiça local. Assim, apenas a organização e manutenção dessas Instituições - que pertencem ao Distrito Federal, repita-se - é que são atribuídas à União, na forma do art. 21, XIV, não tendo esse dispositivo constitucional por função teleológica transmutar o vínculo estatutário dos integrantes das ditas Corporações de distrital para federal. Para promover a manutenção dessas Instituições, o mesmo dispositivo constitucional prevê a criação de fundo próprio, destinado também à assistência financeira do Distrito Federal para a execução de seus serviços públicos. Também o Estatuto dos Policiais Militares Distritais, Lei Federal 7.289/84, em seu art. 3º, define os integrantes da Polícia Militar do DF como uma "categoria especial de servidores públicos do Distrito Federal".*



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA



Fls.: 216

Proc.: 39765/06

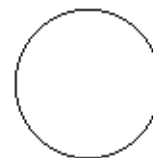
\_\_\_\_\_  
Rubrica

*Assim, ainda que na esteira do entendimento do Supremo Tribunal Federal a competência para a edição de leis sobre a remuneração de tais categorias seja da União, isso não implica a submissão delas ao teto da União, já que seus integrantes pertencem ao Distrito Federal e, como tal, ficam sujeitos ao teto remuneratório aplicável no DF.*

*Este argumento é reforçado pelo fato de que sempre que o Constituinte quis excepcionar alguma categoria da aplicação do subteto local, o fez expressamente. É o que se estabelece na parte final do inciso XI, do art. 37, que expressamente submeteu os membros do Ministério Público dos Estados e do Distrito Federal, os Procuradores de Estado e os Defensores Públicos ao subteto do Poder Judiciário no âmbito dos Estados e do Distrito Federal, que é de 90,25% do subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal. A mesma ressalva não se verifica para os integrantes das Polícias Civis, das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros Militares. Ora, se tivesse sido a vontade do texto constitucional também nesse particular dar um tratamento diferenciado aos integrantes das referidas carreiras, deveria haver disposição constitucional expressa nesse sentido. Por outras palavras, não se pode pretender ampliar esta previsão excepcional que existe no texto constitucional relativa à organização e manutenção da Polícia Civil, da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, para o fim de alcançar também a definição do teto aplicável aos integrantes destas Corporações.*



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA



Fls.: 217

Proc.: 39765/06

\_\_\_\_\_  
Rubrica

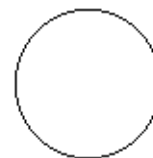
*Fazendo uso da interpretação sistemática e teleológica do texto constitucional, chega-se à conclusão de que outro não poderia ser o tratamento conferido aos servidores da Polícia Civil, da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal. Como argumento de reforço, basta verificarmos a situação dos militares dos demais Estados, que assim como os Militares do Distrito Federal, nos termos do art. 144, § 6º, da CF, são forças auxiliares e reserva do Exército.*

*Um Coronel da Polícia Militar ou do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Goiás, por exemplo, tem como subteto o subsídio do Governador do Estado, enquanto o Coronel da Polícia Militar ou do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, a prevalecer o entendimento contrário, teria como teto o subsídio de Ministro do Supremo Tribunal Federal.*

*Como já foi dito anteriormente, mais patente ainda seria a incoerência de tal interpretação se comparássemos a situação desses servidores com a dos integrantes do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios - inclusive Desembargadores - e membros do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, que são servidores federais, mas que nos termos do art. 37, XI, da Constituição Federal, têm como teto 90,25% do subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal. Ora, a interpretação sistemática da disciplina constitucional do teto remuneratório dos servidores públicos não poderia levar a uma incoerência tal: a de que os Desembargadores e Procuradores de Justiça do Distrito Federal e*



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA



Fls.: 218

Proc.: 39765/06

\_\_\_\_\_  
Rubrica

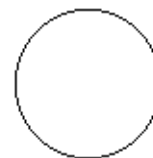
*Territórios tivessem por teto 90,25% do subsídio de Ministro do Supremo Tribunal Federal, enquanto os integrantes da Polícia Civil, da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros tivessem por teto 100% do subsídio de Ministro do Supremo Tribunal Federal.*

**Assim, considerando que existe expressa disciplina constitucional com relação aos integrantes do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios - inclusive Desembargadores - e membros do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, que são servidores federais, e que nenhuma ressalva foi feita aos servidores da Polícia Civil, da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, a solução sistemática, razoável e coerente com o texto constitucional é considerar que tais servidores têm como limite o subteto estabelecido no mesmo inciso XI, art. 37, da CF, para os servidores estaduais no âmbito do Poder Executivo, ou seja, o subsídio do Governador do Distrito Federal, sendo que, após a promulgação da EC 47/05 e da Emenda 46/06 à LODF esse teto passou a ser único para todos os servidores distritais, vinculado ao subsídio dos Desembargadores do TJDF.**

*Vale ressaltar que não subsiste, tampouco, o argumento de que se o Distrito Federal não pode dispor sobre o essencial do verbo "manter", que é prescrever o quanto custará pagar aos servidores da Polícia Civil, Polícia Militar e Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, não teria competência, também, para fixar o limite de remuneração de tais servidores. Em verdade, deve-se observar que não é o Distrito Federal que fixa o limite de*



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA



Fls.: 219

Proc.: 39765/06

\_\_\_\_\_  
Rubrica

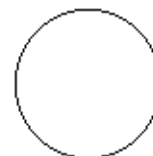
***remuneração de tais servidores, mas sim a Constituição Federal, no art. 37, XI, in fine, conforme já demonstrado.***

*Por fim, resta observar que tampouco a Lei nº 10.633, de 27 de dezembro de 2002, que institui o Fundo Constitucional do Distrito Federal-FCDF, para atender o disposto no inciso XIV do art.21 da Constituição Federal, impõe como consequência a submissão dos servidores da área de segurança pública do Distrito Federal ao teto dos servidores da União, ou seja, o subsídio dos Ministros do Supremo Tribunal Federal.*

*Com efeito, se a Constituição, nos termos da redação dada ao art. 37, XI, pela Emenda Constitucional nº 41 - registre-se que tal emenda é posterior à referida Lei nº 10.633/02 - estabeleceu como limite aos servidores do Poder Executivo dos Estados e do Distrito Federal o subsídio do Governador, pouco importaria que a Lei nº 10.633/02 fixasse o teto dos servidores da Polícia Civil, da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal como sendo o teto da União. Se assim o tivesse feito, tal lei não teria sido recepcionada pelo novo texto constitucional. Mas nem mesmo isso fez a Lei nº 10.633/02. Tal diploma legal tratou apenas, no que diz respeito aos referidos servidores, de aspectos de natureza administrativa, relacionados ao controle mais eficaz dos pagamentos realizados a título de remuneração dos integrantes dessas carreiras. É o que diz o art. 1º, § 3º, da mencionada lei:*



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA



Fls.: 220

Proc.: 39765/06

\_\_\_\_\_  
Rubrica

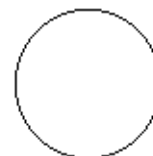
§ 3º As folhas de pagamentos da polícia civil, da polícia militar e do corpo de bombeiros militar do Distrito Federal, custeadas com recursos do Tesouro Nacional, deverão ser processadas através do sistema de administração de recursos humanos do Governo Federal, no prazo máximo de cento e oitenta dias, contado a partir da publicação desta Lei, sob pena de suspensão imediata da liberação dos recursos financeiros correspondentes.

*Assim, o fato de as folhas de pagamento da Polícia Civil, da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal serem processadas pelo sistema de administração de recursos humanos do Governo Federal em nada compromete as conclusões que se obtém da correta interpretação dos dispositivos constitucionais relacionados ao teto de tais servidores. Por isso mesmo, não há razão jurídica para impor ao Distrito Federal a observância do limite remuneratório da área federal, no tocante aos servidores das áreas de segurança pública.*

*A aplicação do teto de remuneração distrital vem ao encontro do espírito da Emenda Constitucional nº 41, ao dar a nova redação do inciso XI, do art. 37, que foi o de moralizar e racionalizar as despesas do Estado com seu pessoal. Por tudo isso, não se vislumbra qualquer fundamento jurídico para o entendimento de que o teto aplicável aos servidores da Polícia Civil, da Polícia Militar ou do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal seja aquele aplicável à esfera federal. Os precedentes do Supremo Tribunal Federal tradicionalmente invocados referem-se a*



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA



Fls.: 221

Proc.: 39765/06

\_\_\_\_\_  
Rubrica

*uma outra discussão (edição de leis sobre remuneração das Corporações), não se aplicando à presente questão. Igualmente, o mencionado parecer da Consultoria Jurídica do Ministério do Planejamento, exarado em um outro contexto normativo-constitucional, não pode ser levado em consideração, no momento atual, para definição do teto federal como aquele aplicável aos referidos servidores distritais.*

*Assim, considera-se que a melhor interpretação da Constituição Federal impõe a conclusão de que os servidores da Polícia Civil, da Polícia Militar ou do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal têm como limite remuneratório o subsídio mensal dos Desembargadores do TJDF, assim como todos os outros servidores públicos distritais, sem exceções de qualquer espécie.*

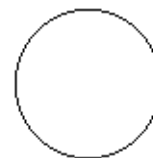
*Finalmente, as providências necessárias à observância do teto de remuneração de tais servidores devem ser adotadas no âmbito do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, conforme disposto no art. 1º, § 3º, referida Lei nº 10.633/02, já que as folhas de pagamento dos membros de tais categorias são processadas por meio do Sistema de Administração de Recursos Humanos do Governo Federal - SIAPE, devendo assim ser encaminhada cópia deste parecer àquele Órgão, para as providências cabíveis.*

38. Não merecem reparos as judiciosas considerações externadas pela douta Procuradoria. De fato, existe um princípio interpretativo na Constituição, que é o





**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA



Fls.: 222

Proc.: 39765/06

\_\_\_\_\_  
Rubrica

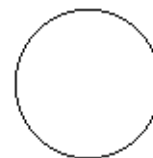
*princípio da unidade constitucional. Os dispositivos constitucionais jamais podem ser interpretados isoladamente. A Constituição tem de ser interpretada como um conjunto de normas. Esse princípio exige uma interpretação sistemática, ou seja, não se deve interpretar a norma constitucional de maneira isolada, mas no conjunto das demais normas constitucionais vigentes, sob o pálio da razoabilidade e da logicidade do sistema jurídico.*

39. Também há de se considerar o tema à luz do direito intertemporal, uma vez que a sucessão de leis no tempo traz diversos problemas para a aplicação do Direito. Enquanto a norma anterior possa incidir sobre determinadas situações, a novatio legis passa a incidir dentro de um novel contexto, trazendo, em princípio, a evolução das necessidades sociais.

40. Assim sendo, é de se reconhecer que o texto original do inciso XI do art. 37 da Carta Política, conforme descrito alhures, remetia à lei a fixação do teto nos respectivos Poderes, mas já fixava como limite máximo de remuneração aquela percebida por membros do Congresso Nacional, Ministros do Supremo Tribunal Federal e seus correspondentes nos Estados, no Distrito Federal e nos Territórios, e, nos Municípios, os valores percebidos como remuneração, em espécie, pelo Prefeito. O dispositivo constitucional, todavia, foi silente quanto ao teto remuneratório no âmbito do Poder Executivo. Nesse contexto, abriu-se espaço para a edição da Lei Federal nº 8448/92, estabelecendo, no âmbito do Poder Executivo federal, o teto de Ministro de Estado. Particularmente o artigo 2º, inciso II, desse Diploma remeteu, no que couber, o teto remuneratório da União aos servidores do Distrito Federal, ocupantes de cargos de Polícia Civil, Polícia Militar e Corpo de Bombeiros Militar. A Lei Federal nº 8.852/94,



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA



Fls.: 223

Proc.: 39765/06

\_\_\_\_\_  
Rubrica

*por seu turno, manteve similar disposição, conforme se depreende do art. 4º, inciso III, c/c o art. 3º desse diploma. Para o Distrito Federal, o teto no Poder Executivo, por simetria, foi considerado, mediante a Lei Distrital nº 237/92, o correspondente ao patamar remuneratório de Secretário distrital.*

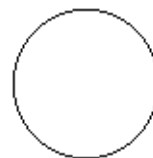
41. *Decerto a sobredita disposição legal federal harmonizava-se com a Decisão nº 6868/96 desta Corte de Contas que fixou o entendimento de que o regime jurídico aplicável aos servidores ocupantes dos cargos das Carreiras de Delegado de Polícia e de Polícia Civil do Distrito Federal é o definido somente em leis federais, o que abarca o respectivo limite remuneratório, conforme bem realçou o ilustre Procurador Inácio Magalhães Filho (Parecer nº 1081/07-IMF). Convergente com esse posicionamento, o Supremo Tribunal Federal editou a Súmula nº 647, estabelecendo competir privativamente à União legislar sobre vencimentos dos membros das polícias civil e militar do Distrito Federal.*

42. *Nada obstante, o inciso XI do art. 37 da CF/88 sofreu duas substanciais alterações. Num primeiro momento, sob a égide da EC 19/98, o teor do dispositivo passou a fixar, como teto único para os entes federativos, o subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal. Posteriormente, com o advento da EC 41/03, a redação daquele dispositivo passou a estabelecer subtetos para os Estados, Distrito Federal e Municípios. No âmbito do Poder Executivo dos Estados e do DF o subteto eleito corresponde ao subsídio dos respectivos Governadores.*

43. *Essa mudança causou grande insatisfação para algumas categorias de servidores, levando, por exemplo, à Associação dos Delegados de Polícia do Brasil (Adepol-*



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA



Fls.: 224

Proc.: 39765/06

\_\_\_\_\_  
Rubrica

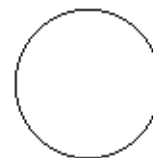
*Brasil), a ajuizar a Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 3855, no Supremo Tribunal Federal (STF). No pedido, a Adepol pede seja suspensa da EC 41/03 a expressão "o subsídio mensal do governador no âmbito do Poder Executivo", por entender que a Emenda, ao mudar as disposições quanto ao teto remuneratório no âmbito dos Estados e do Distrito Federal (previsto no artigo 37, XI), sujeitou os delegados federais e estaduais a regime de tetos diferenciados. Isso porque enquanto os delegados federais não poderão exceder o subsídio mensal, em espécie, dos ministros do STF, os delegados estaduais têm como limite os subsídios dos governadores e não dos desembargadores como deveria ocorrer em observância do princípio da Simetria.*

44. *Com efeito, na esfera distrital, o desfecho da sobredita ADI, em tramitação na Corte Suprema, não teria maiores reflexos no caso vertente, uma vez que, após a promulgação da EC 47/05 e da Emenda 46/06 à LODF, bem como da Lei Distrital nº 3894/06, esse teto passou a ser único para todos os servidores distritais, vinculado ao subsídio dos Desembargadores do TJDF.*

45. *Nesse particular, não há falar em malferimento à Sumula 697/STF, que por sinal tem caráter eminentemente orientativo, uma vez que o novo regramento decorreu de norma de estatura constitucional, sendo que a EC 47/05, ao acrescentar o § 12 ao artigo 37 da CF, autorizou aos Estados e ao DF, mediante emenda às respectivas Constituições e Lei Orgânica, estabelecerem, como limite único, o subsídio mensal dos Desembargadores do respectivo Tribunal de Justiça, limitado a 90,25% do subsídio mensal dos Ministros do STF, e assim foi feito no âmbito distrital. Referido regramento apenas ressalvou os subsídios dos Deputados Estaduais e Distritais e dos Vereadores, não abrindo nenhuma exceção aos policiais civis e militares do DF, cabendo*



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA



Fls.: 225

Proc.: 39765/06

\_\_\_\_\_  
Rubrica

*aqui fazer valer a regra de hermenêutica no sentido de que não cabe ao intérprete excepcionar onde a lei não excepciona.*

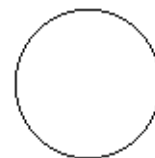
46. Tem-se, portanto, diante desse novo contexto jurídico-constitucional, o esvaziamento da norma contida no inciso II do art. 2º da Lei Federal nº 8448/92, máxime no tocante à expressão "no que couber" nele contida. In casu, é mister asseverar que tal esvaziamento decorreu de comando emanado pela própria Carta Magna, em seu art. 37, § 12, ante a supremacia hierárquica das normas constitucionais, disposição que não se afigura desarmônica com o inciso XIV do artigo 21 da Lei Maior, permanecendo a União como ente competente para organizar e manter a Polícia Civil do DF.

47. Similar entendimento deve ser conferido aos Policiais Militares do Distrito Federal, também contemplados pelo inciso XIV do artigo 21 e pelo permissivo contido no art. 37, § 12, da CF. Note-se que, a teor do art. 117 da LODF, a Segurança Pública no âmbito distrital é exercida pela Polícia Civil, Polícia Militar, Corpo de Bombeiro Militar, todos subordinados diretamente ao Governo do Distrito Federal.

48. Hodiernamente, o pagamento destes servidores são custeados pelo Fundo Constitucional do Distrito Federal - FCDF (Lei nº 10.633/2002). Esse Fundo foi instituído em atendimento ao disposto no inciso XIV do art. 21 da Constituição Federal - CF, que determina competir à União a manutenção e a organização das Polícias Civil e Militar e do Corpo de Bombeiros Militar do DF, bem como a prestação de assistência financeira ao DF para execução de serviços públicos por meio de fundo próprio.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA



Fls.: 226

Proc.: 39765/06

\_\_\_\_\_  
Rubrica

49. Com o intuito de discutir a operacionalização do Fundo Constitucional do Distrito Federal - FCDF, foi formulada pela 5ª Inspeção de Controle Externo a Representação nº 01/03 (Processo nº 437/03), onde se discute se a sistemática de interpretação e aplicação da Lei do FCDF (a operacionalização desses recursos tem se dado no Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI da área federal, a cargo do Ministério da Fazenda) repercute na autonomia do Distrito Federal e nas competências deste Tribunal. Ao analisar detidamente a matéria, o Tribunal, por meio da Decisão nº 5002/05, manifestou o seguinte posicionamento:

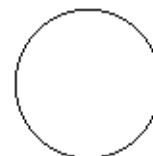
(...)

II. reafirmar o entendimento de que a Polícia Militar do DF, a Polícia Civil do DF e o Corpo de Bombeiros Militar do DF integram a estrutura administrativa do Governo do DF, cabendo ao TCDF julgar suas Tomadas de Contas Anuais, nos termos do inciso II do artigo 71 c/c os artigos 42-caput, 144- § 6º e 32- § 4º, todos da Constituição Federal; III. firmar entendimento de que o repasse de recursos da União para as áreas de educação, saúde e segurança, imposto pelo art. 21, inciso XIV, da CF e pela Lei nº 10.633/02, não se amoldam à hipótese prevista no art. 71, inciso VI, da CF, por estarem os órgãos dessas áreas integrados à estrutura administrativa do Governo do Distrito Federal, competindo a este Tribunal de Contas o exercício do controle externo sobre a aplicação desses recursos pelo governo local;

(...)



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA



Fls.: 227

Proc.: 39765/06

\_\_\_\_\_  
Rubrica

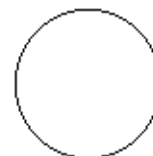
50. Assim sendo, pode-se inferir que esta Corte alberga posição pacífica no sentido de que a Polícia Civil do DF, a Polícia Militar do DF e o Corpo de Bombeiros Militar do DF, em que pese serem mantidos pela União, integram a estrutura administrativa do GDF. Aliás, é o que se depreende do comando inserto no art. 144, § 6º, da CF/88, ao subordiná-los ao Governador do Distrito Federal. De se concluir, portanto, que os servidores destas Corporações encontram-se alcançados pelo § 12 do art. 37 da CF, c/c a Emenda 46/06 à LODF, bem como a Lei Distrital nº 3894/06, ante a autorização específica para a fixação do teto máximo conferida aos Estados e ao DF.

51. De notar que a Lei Federal nº 10.486/2002, que dispõe sobre a remuneração dos militares do Distrito Federal, ao estabelecer, no art. 30, que "nenhum militar, na ativa ou na inatividade, poderá perceber mensalmente, a título de remuneração ou proventos, importância superior à remuneração bruta do respectivo Comandante-Geral", não afasta o sobredito entendimento, uma vez que a exceção constitucional voltou-se apenas ao limite máximo de remuneração, mantendo-se competente a União para fixar outros patamares remuneratórios no âmbito das Corporações distritais.

52. Na oportunidade, cumpre observar que recentemente a União, no âmbito de sua competência, editou a Medida Provisória nº 401, de 13 de novembro de 2007, que altera a tabela de subsídios prevista para a Carreira Policial Civil do DF, contida na Lei nº 11.361/2006, cujos valores máximos não alcançam o subsídio mensal dos Desembargadores do TJDF, não obstante possam ultrapassar o subsídio do Governador local, revelando que a União tem atuado de forma consentânea com o posicionamento ora defendido.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA



Fls.: 228

Proc.: 39765/06

\_\_\_\_\_  
Rubrica

53. Diante do exposto, conclui-se que a aplicação do teto de remuneração distrital contempla os policiais civis, militares e bombeiros militares, o que converge com o espírito da Emenda Constitucional nº 41, ao dar a nova redação do inciso XI, do art. 37, bem como da Emenda Constitucional nº 47, ao acrescentar o § 12 ao artigo 37, que foi o de dar maior transparência na remuneração dos agentes públicos, organizando e racionalizando as despesas do Estado com seu pessoal, bem como conferir tratamento isonômico aos servidores que atuam nesta esfera política, quer sejam mantidos pela União (onde se inserem os servidores do Judiciário do Ministério Público e da Defensoria Pública local), quer sejam mantidos pelos cofres distritais.

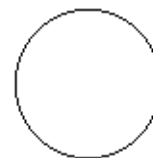
**DO EXAME QUANTO À POSSIBILIDADE DE INSTITUIR CONTROLE, MEDIANTE SIGRH, DO TETO REMUNERATÓRIO E DEMAIS INFORMAÇÕES ESTIPENDIÁRIAS DOS DIRIGENTES E EMPREGADOS DE TODAS AS EMPRESAS ESTATAIS DO DF.**

54. Passa-se à análise acerca da possibilidade de se instituir o controle, por meio do Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Humanos - SIGRH, do teto remuneratório e demais informações estipendiárias dos empregados de todas as empresas estatais do Distrito Federal e, no caso da impossibilidade, verificar o melhor instrumento de fiscalização a ser empregado.

55. Devemos inicialmente lembrar o entendimento firmado pelo TCU em relação a essa questão (Decisão 519/96 e Acórdãos 354/96 e 015/97), no sentido de que o cálculo do excesso remuneratório dos agentes públicos deve ser feito em base anual, e não mensal. Essas decisões estão baseadas no raciocínio de que, como as datas-base do funcionalismo público e dos empregados das estatais não se



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA



Fls.: 229

Proc.: 39765/06

\_\_\_\_\_  
Rubrica

*dão ao mesmo tempo, haveria concentração de excessos remuneratórios em determinados meses do ano enquanto em outros o teto se situaria acima da remuneração percebida pelos dirigentes e empregados das estatais, donde se verifica, de antemão, a dificuldade em se exercer o controle do teto remuneratório dessas entidades por meio de sistemas informatizados, que exige a manutenção de base atualizada de dados, sem embargo de abrir espaço para eventuais discussões acerca de possível mácula à autonomia administrativa e financeira dessas entidades.*

56. Há de se observar que tais entidades, quanto ao arcabouço remuneratório, possuem nuances que se diferenciam substancialmente dos entes sujeitos ao regime estatutário, inclusive no tocante à legislação regente da matéria. No âmbito federal o Decreto-Lei nº 2.355/87, artigo 1º, § 1º, inciso I, alínea "b", estabelecia um teto remuneratório, correspondente ao de Ministro de Estado, aos dirigentes, conselheiros e empregados de empresas públicas, sociedades de economia mista, subsidiárias, controladas, coligadas ou quaisquer empresas de cujo capital o poder público tenha o controle direto ou indireto, inclusive em virtude de incorporação ao patrimônio público. Da mesma forma, a Lei Federal nº 8.852/94, em seu art. 3º, também estabelece similar limite máximo de remuneração, alcançando tais entidades. No âmbito distrital, por simetria, à época adotava-se como teto a remuneração de Secretário de Governo à luz da Lei nº 237/92, regulamentada pelo Decreto nº 17.128/96.

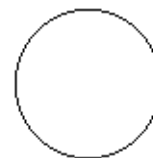
57. A propósito, o TCU, mediante Súmula 229, trata da matéria nos seguintes termos:

*Os servidores e dirigentes das empresas estatais, de que trata o artigo 1º do*





**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA



Fls.: 230

Proc.: 39765/06

\_\_\_\_\_  
Rubrica

*Decreto-lei nº 2.355, de 27-08-87, estão sujeitos ao limite máximo de remuneração mensal, calculado com base na legislação vigente, excluídas apenas as parcelas legalmente autorizadas, caracterizando-se como ato irregular de gestão a inobservância deste preceito.*

58. A remuneração dos dirigentes de entidades estatais está consubstanciada no artigo 3º do Decreto-lei nº 2.355/87, in verbis:

*Art. 3º. Os honorários mensais dos dirigentes das entidades estatais serão fixados por decreto do Poder Executivo, facultado a estes optar pela percepção, a esse título, de importância equivalente:*

*I - à retribuição de seu cargo ou emprego na entidade de origem; ou*

*II - à maior remuneração paga a empregado da entidade estatal para a qual tenha sido eleito, nomeado ou designado.*

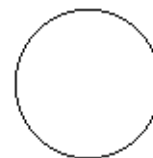
*§ 1º - O dirigente que optar pela forma de retribuição prevista neste artigo fará jus a um acréscimo correspondente a 20% (vinte por cento) da remuneração do cargo para o qual tenha sido eleito, nomeado ou designado.*

*§ 2º - Para fins da fixação dos honorários, bem assim para cálculo do acréscimo de que trata o parágrafo anterior, serão consideradas, exclusivamente, as parcelas da maior retribuição paga a empregado na entidade, compreendendo:*

*a) o salário-base do Plano de Cargos e Salários efetivamente pago e não*



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA



Fls.: 231

Proc.: 39765/06

\_\_\_\_\_  
Rubrica

*computadas as vantagens a que se refere o artigo 5º (aos servidores que, na data da publicação deste Decreto-lei, percebiam retribuição superior ao limite fixado, fica assegurada a percepção da diferença, como vantagem pessoal, expressa em valor fixo, em cruzados, nominalmente identificável, a ser absorvida pelos aumentos e reajustes, inclusive automáticos, supervenientes a este Decreto-lei');*

*b) a gratificação de função ou equivalente;*

*c) a gratificação de natal (Lei n. 4.090, de 13 de julho de 1962);*

*d) o adicional por tempo de serviço.*

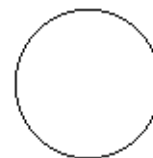
59. Já a opção pela forma de remuneração do cargo diretivo, no âmbito distrital, estava prevista no Decreto nº 7.862, de 20 de janeiro de 1.984, que regulamentava a matéria no âmbito da Administração Direta, Autárquica e Fundacional bem como das respectivas entidades da Administração Indireta do Distrito Federal, determinando, em seus artigos 3º, 4º (com a redação dada pelo Decreto nº 18.939/97) e 6º, o seguinte:

*Art. 3º - o servidor ou empregado das entidades referidas no artigo 1º, investido em cargo de direção na própria entidade, poderá optar por perceber, a título de honorários a maior remuneração e vantagens pagas a empregado dessa mesma entidade, acrescidas de 20% (vinte por cento) da remuneração do cargo para o qual tenha sido eleito, nomeado ou designado.*

*Parágrafo único - o disposto neste artigo não se aplica às entidades cujos*



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA



Fls.: 232

Proc.: 39765/06

\_\_\_\_\_  
Rubrica

*cargos de direção integrem as respectivas tabelas de pessoal.*

*Art. 4º - o servidor ou empregado das entidades de que trata o artigo 1º, investido em cargo de direção de outra entidade, poderá optar por perceber, a títulos de honorários, importância equivalente:*

*I - à remuneração e vantagens de seu cargo ou emprego na entidade de origem; ou*

*II - à maior remuneração e vantagens pagas a empregado da entidade para a qual tenha sido eleito, nomeado ou designado.*

*Parágrafo único - o dirigente que optar, na forma prevista nos incisos I e II deste artigo, fará jus a um acréscimo correspondente a 55% (cinquenta e cinco por cento) e 20% (vinte por cento) respectivamente da remuneração do cargo para o qual tenha sido eleito, nomeado ou designado, observando-se o limite de remuneração legalmente estabelecido.*

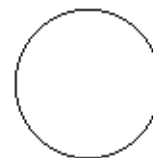
.....

*Art. 6º - o dirigente de entidade estatal, não empregado, perceberá, a título de honorários, importância nunca inferior à maior remuneração e vantagens pagas a empregado da entidade em que exercer o cargo de direção, acrescidas de 20% (vinte por cento) dos honorários fixados para este cargo.*

*Obs.1 - o art. 1º do Decreto nº 24.560, de 29.04.2004 altera de 20% (vinte por cento) para 55% (cinquenta e cinco por cento) o percentual a que se referem o artigo 3º, parágrafo único do artigo 4º e o artigo 6º do Decreto nº 7.862, de 20 de janeiro de 1984, observado o disposto no Decreto nº 18.939, de 17 de dezembro de 1997).*



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA



Fls.: 233

Proc.: 39765/06

\_\_\_\_\_  
Rubrica

*Obs. 2 - o Decreto nº 24.575, de 07 de maio de 2004 revoga os artigos 3º, 4º e seus respectivos parágrafos e artigo 6º do Decreto nº 7.862, de 20 de janeiro de 1984, o Decreto nº 18.939, de 17 de dezembro de 1997 e o Decreto nº 24.560, de 29.04.2004.*

60. *Hodiernamente é o Decreto nº 28.113, de 11 de julho de 2007 (fl. 6) que fixa o regramento para definição da remuneração dos dirigentes de Empresas Públicas e Sociedades de Economias Mista do Distrito Federal, assim estabelecendo:*

*Art. 1º. O teto da remuneração dos Presidentes das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista do Distrito Federal será o fixado no Anexo I.*

*§ 1º. O teto de remuneração dos demais Dirigentes fica limitado em 90% (noventa por cento) do valor estabelecido para a remuneração do Presidente da respectiva Entidade.*

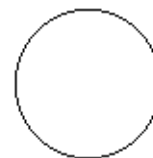
*§ 2º. Na hipótese de o Presidente ou Diretor possuir vínculo empregatício como serviço público, ser-lhe-á permitido optar pelo vencimento ou salário do cargo ou emprego de origem, acrescido de 20% (vinte por cento) da remuneração fixada para o cargo a ser ocupado, desde que não ultrapasse a remuneração definida para o Presidente.*

*§ 3º. Na aplicação do disposto neste artigo será observada a incidência do teto de remuneração por grupo de Empresas, conforme a classificação constante do Anexo II.*

*Art. 2º. As entidades mencionadas neste Decreto, conforme o caso, e observada a política de remuneração adotada pelo*



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA



Fls.: 234

Proc.: 39765/06

\_\_\_\_\_  
Rubrica

*Governo do Distrito Federal, poderão elaborar proposta de remuneração dos seus Dirigentes, justificando, de modo claro, a razões que levaram à estipulação dos valores que indicar.*

*§ 1º. Na elaboração da proposta de que trata este artigo será considerada a situação econômico financeira da respectiva Empresa Pública ou Sociedade de Economia Mista.*

*§ 2º. A proposta será encaminhada ao Conselho de Política de Recursos Humanos - CPRH, cuja manifestação, igualmente fundamentada, deverá indicar a aprovação ou não dos valores sugeridos.*

*§ 3º. Em caso de não aprovação pelo CPRH, a proposta retornará para a respectiva Empresa Pública ou Sociedade de Economia Mista, para que providencie as adequações necessárias, após o que será, então, novamente submetida ao CPRH.*

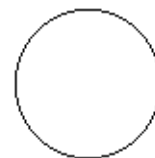
*§ 4º. Uma vez aprovada pelo CPRH, a proposta será devolvida à respectiva Empresa Pública ou Sociedade de Economia Mista, para que seja submetida, respectivamente, ao Conselho de Administração ou à Assembléia Geral de Acionistas.*

*Art. 3º. Fica vedada a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração dos Dirigentes, bem como dos demais empregados das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista controladas pelo Distrito Federal.*

*Art. 4º. Os valores constantes dos Anexos a este Decreto não poderão servir de referência na fixação ou revisão das remunerações dos empregados das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista controladas pelo Distrito Federal.*



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA



Fls.: 235

Proc.: 39765/06

\_\_\_\_\_  
Rubrica

61. *Esse decreto, nos anexos I e II, divide as estatais do DF em 3 grupos, fixando limites remuneratórios diferenciados, sendo oportuno repisar que o atual Governo não estabeleceu tetos superiores ao fixado na Lei distrital nº 3894/2006, que corresponde ao subsídio mensal dos Desembargadores do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios.*

62. *Esta Corte, em algumas assentadas, tratou da matéria referente ao teto de dirigentes das estatais, a exemplo da Decisão nº 1719/2006, adotada no Processo nº 5380/98, que cuidou do assunto no âmbito da TERRACAP, porém, ainda sob a égide da legislação pretérita, nos seguintes termos:*

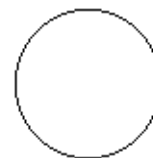
*(...)*

*"não cumprimento da Decisão nº 8.275/96, por meio da qual este Tribunal fixou entendimento no sentido de que o teto previsto na Lei nº 237, de 20.01.92, que se constitui no limite da remuneração dos diretores da entidade, por força do art. 152 da Lei nº 6404/76, c/c as Atas da 17ª AGO e 79ª AGE, de 20.04.90, da 23ª AGO, de 29.05.1996, e da 28ª AGO e 139ª AGE, de 26.04.01, dos Acionistas da Companhia, "(...) é a remuneração de Secretário de Estado, como tal considerada a comum a todos, sem aquelas vantagens de caráter individual (art. 39, parágrafo 18, "in fine", da Constituição), não podendo ficar sujeita a variações em razão de situações pessoais";*

63. *Observe-se que, nos termos supracitados, quando se trata de sociedades de*



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA



Fls.: 236

Proc.: 39765/06

\_\_\_\_\_  
Rubrica

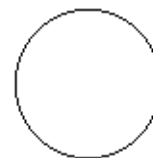
economia mista, o artigo 152 da Lei nº 6.404/76 disciplina a matéria estabelecendo que "assembléia-geral fixará o montante global ou individual da remuneração dos administradores, inclusive benefícios de qualquer natureza e verbas de representação, tendo em conta suas responsabilidades, o tempo dedicado às suas funções, sua competência e reputação profissional e o valor dos seus serviços no mercado".

64. Outros feitos que tramitam na Corte cuidam do teto de estatais, a exemplo do Processo nº 496/2001, que trata de Matéria jornalística sobre reajuste na remuneração dos diretores da Companhia Energética de Brasília (CEB) acima do teto salarial (sobrestado o andamento até o deslinde da Ação Popular nº 54716-9/01, ajuizada na 2ª Vara de Fazenda Pública do TJDF, interposta pelos Diretores do Sindicato dos Urbanitários do Distrito Federal, requerendo a concessão de liminar para suspensão do pagamento referente ao aumento de 77% nos salários dos diretores da CEB, obedecendo-se o teto salarial de R\$ 6.000,00 (seis mil reais), previsto na Lei nº 237/92), bem como do Processo nº 423/99, que trata, entre outros assuntos, do teto remuneratório dos diretores do Metrô e do Processo nº 3737/94, que cuida de inspeção na Companhia de Desenvolvimento do Planalto Central - CODEPLAN, objetivando apurar possíveis irregularidades no cálculo das remunerações dos seus dirigentes.

65. É verdade que hodiernamente a matéria deve ser tratada à luz da nova redação do art. 37, XI, CF (EC 41/03), c/c com o art. 37, § 12, da CF (EC 47/05) e Lei Distrital nº 3894/06. Esse último diploma ao fixar o teto remuneratório no âmbito distrital, indicou, no art. 2º, quais parcelas estarão afastadas para efeito do limite remuneratório, consideradas as relativas à gratificação natalícia, ao adicional de férias e aquelas de caráter



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA



Fls.: 237

Proc.: 39765/06

\_\_\_\_\_  
Rubrica

*indenizatório, tais como as diárias para viagens, a ajuda de custo em razão de mudança de sede, a indenização de transporte, o auxílio-alimentação, o auxílio-creche, o auxílio-transporte e o auxílio-fardamento. Embora tal dispositivo seja extensivo às entidades estatais que recebam recursos do Distrito Federal para pagamento de despesas ou de custeio em geral, conforme expressamente previsto no art. 3º, há de se estender às entidades "independentes", por analogia.*

66. *Todavia, para tais entidades, a composição remuneratória ostenta critérios diversos daqueles aplicáveis aos servidores públicos, podendo conter parcelas de outra natureza, que merecerão estudo acurado acerca da possibilidade de cômputo no teto ou não, máxime quanto ao caráter indenizatório das vantagens, condição apta a afastá-las do limite, a teor do art. 37, § 11, CF (incluído pela EC 47/05). De qualquer sorte, não podem essas entidades fixar conceitos, interpretações e critérios próprios quanto às parcelas a serem excluídas do respectivo limite remuneratório, devendo ter por norte a legislação pertinente à matéria, editada com caráter de normas gerais de finanças públicas, ditadas pela política econômica do Governo.*

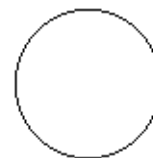
67. *Frise-se que a questão é de tamanha complexidade que, no âmbito do Judiciário, o Conselho Nacional de Justiça houve por bem editar a Resolução nº 13, de 21 de março de 2006, que dispõe sobre a aplicação do teto remuneratório constitucional e do subsídio mensal dos membros da magistratura, indicando quais verbas são excluídas da incidência do limite constitucional.*

68. *Com efeito, da análise da dicção dos diplomas que regem a matéria evidencia-se a complexidade da regulamentação pertinente à*





**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA



Fls.: 238

Proc.: 39765/06

\_\_\_\_\_  
Rubrica

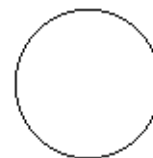
remuneração de dirigentes e empregados de estatais (muitas parcelas são concedidas por meio de acordos coletivos de trabalho firmados por cada categoria, dissídios coletivos, outras, por decisões assembleares, disposições estatutárias, contratuais, regulamentos, decretos etc), tanto que tem suscitado controvérsias no âmbito do TCU que é sempre renovada a cada caso concreto, de acordo com a entidade fiscalizada, restando árida e dificultosa a verificação das parcelas salariais que se sujeitam ao teto remuneratório (participação nos lucros, adicional de periculosidade, horas-extras, adicional por tempo de serviço, vantagens pessoais, auxílio-moradia, verbas de representação, honorários, salários in natura, utilidades não salariais etc).

69. Assim, o excesso de remuneração de dirigentes estatais e demais empregados em relação ao teto constitucional é matéria que envolve a conceituação de remuneração, gratificações, honorários e vantagens, computáveis ou não, para fins de comparação com o chamado teto remuneratório, devendo a Corte proceder a estudos no sentido de esclarecer quais rubricas estão sujeitas ao teto, de acordo com a composição salarial de cada entidade.

70. Dessa feita, até que se obtenha a sobredita definição, e por questões de economicidade, eficácia e efetividade, tem-se por prematura a instituição do controle, por meio do SIGRH, do teto remuneratório e demais informações estipendiárias de todas as empresas estatais do DF nesse momento, afigurando-se mais apropriado que se estabeleça um balizamento, por meio de auditorias programadas em cada entidade, no tocante as rubricas a serem submetidas ao teto, ante a imprecisão do complexo normativo que rege a matéria, jungida ao regime trabalhista, que muito difere do arcabouço



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA



Fls.: 239

Proc.: 39765/06

\_\_\_\_\_  
Rubrica

*normativo que encerra a remuneração dos servidores públicos estatutários, adotando como parâmetros, além dos níveis prevalecentes no mercado de trabalho para profissionais em funções equivalentes nas esferas pública e privada, os princípios gerais que norteiam a Administração Pública, com destaque para os princípios da moralidade, da economicidade, da razoabilidade e da impessoalidade.*

71. *Frise-se, por oportuno, que no âmbito da administração direta distrital, esta Corte prolatou a Decisão nº 6398/2006, adotada no Processo nº 1032/2003, mediante a qual, entre outras deliberações, determinou fosse incluída em roteiro de futura Auditoria de Regularidade, a ser levada a efeito na Secretaria de Estado de Fazenda, a verificação de quais verbas estipendiárias estão sendo consideradas para fins de aplicação do teto remuneratório aos servidores a ela vinculados, notadamente aos integrantes da Carreira Auditoria Tributária do Distrito Federal. Assim sendo, tem-se que igual procedimento pode ser implementado para as entidades da administração indireta distrital.*

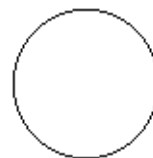
72. *Diante de todo o exposto, em atenção à Decisão nº 5630/2007, encaminham-se os autos à superior consideração do Exmo. Conselheiro-Relator, nos termos da alínea "c", inciso III, art. 1º da Resolução nº 140/01, com a redação dada pela Resolução nº 174/06, sugerindo que o egrégio Plenário:*

I) *tome conhecimento do Parecer nº 187/2007-PROPES/PGDF (fls. 26/39);*

II) *considere o seguinte entendimento:*



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA



Fls.: 240

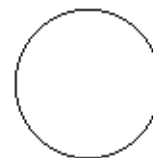
Proc.: 39765/06

\_\_\_\_\_  
Rubrica

- a) a teor do art. 37, XI, c/c § 9º da CF, apenas as empresas públicas e as sociedades de economia mista distritais que recebam recursos públicos para pagamento de despesas de pessoal ou de custeio submetem-se ao teto remuneratório constitucional;
- b) o teto remuneratório fixado pelo Decreto nº 28.113/07, ao contemplar as empresas públicas e sociedades de economia mista que não recebam recursos públicos para pagamento de despesas de pessoal ou de custeio decorre de política do governo local, possuindo caráter orientativo, servindo de balizamento para que tais entidades não adotem remunerações exacerbadas, além dos níveis prevaletentes no mercado de trabalho, em observância aos princípios constitucionais que regem a administração pública, notadamente os da moralidade, da razoabilidade, da economicidade e da impessoalidade;
- c) a aplicação do teto de remuneração distrital fixada pela Lei distrital nº 3.894/06 contempla os policiais civis, militares e bombeiros militares, o que converge com o espírito da Emenda Constitucional nº 41, ao dar a nova redação do inciso XI, do art. 37, bem como da Emenda Constitucional nº 47, ao acrescentar o § 12 ao artigo 37,



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA



Fls.: 241

Proc.: 39765/06

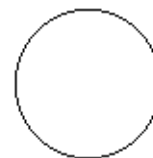
\_\_\_\_\_  
Rubrica

que foi o de conferir maior transparência na remuneração dos agentes públicos, organizando e racionalizando as despesas do Estado com seu pessoal;

- d) diante da imprecisão do complexo normativo e regulamentar que rege a remuneração de dirigentes e empregados de estatais, jungida ao regime trabalhista, que muito difere do arcabouço normativo que encerra a remuneração dos servidores públicos estatutários, restando árida e dificultosa a verificação das parcelas salariais que se sujeitam ao teto remuneratório, considerando, ainda, questões de economicidade, eficácia e eficiência da medida, que exigiria a atualização contínua e permanente da base informatizada de dados salariais, sem embargo de abrir espaço para eventuais discussões acerca de possível mácula à autonomia administrativa e financeira dessas entidades, tem-se por prematuro, nesse momento, o estudo sobre a possibilidade de instituição do controle, por meio do SIGRH, do teto remuneratório e demais informações estipendiárias de todas as empresas estatais do DF, afigurando-se mais apropriado que se estabeleça um balizamento, por meio de auditorias programadas, a partir de uma apuração detalhada do arcabouço normativo e remuneratório de



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA



Fls.: 242

Proc.: 39765/06

\_\_\_\_\_  
Rubrica

*cada entidade e das rubricas a serem ou não submetidas ao teto;*

*III - autorize o arquivamento do presente feito."*

*Em parecer parcialmente convergente, o Ministério Público de Contas do Distrito Federal asseverou:*

**"II - DA POSIÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO**

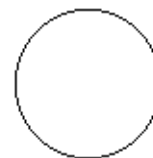
14. Tecida a argumentação de fôlego do Corpo Instrutivo, deve-se realçar que o Parquet comunga com o entendimento adotado pela Inspetoria, exceto no que tange à aplicação do limite remuneratório aos policiais civis, militares e bombeiros militares do Distrito Federal. Outrossim, cá e acolá, esse Órgão Ministerial pede escusas para lançar maiores elementos para a análise do egrégio Plenário.

**II.a APLICAÇÃO DO LIMITE REMUNERATÓRIO ÀS EMPRESAS PÚBLICAS E SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA QUE NÃO RECEBEM RECURSOS DO TESOIRO DO DF PARA CUSTEIO DE SUAS FOLHAS DE PESSOAL**

15. Neste item, as considerações expendidas pelo Corpo Instrutivo estão em congruência com o pensamento do Parquet. De fato, pela dicção literal do artigo 37, XI, § 9º, da CF/88, o teto remuneratório estipulado pelo constituinte originário não tem aplicação às empresas estatais chamadas "independentes". Da mesma forma, tal imposição não poderia ser



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA



Fls.: 243

Proc.: 39765/06

\_\_\_\_\_  
Rubrica

*fruto de decreto autônomo, como no caso do Decreto nº 28.113/07.*

16. A esse propósito, cumpre transcrever entendimento do Supremo Tribunal Federal (ADI 2.075-MC), em relato do Ministro Celso de Mello:

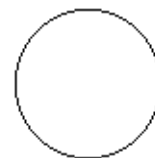
*REMUNERAÇÃO DOS AGENTES PÚBLICOS E  
POSTULADO DA RESERVA LEGAL*

- O tema concernente à disciplina jurídica da remuneração funcional submete-se ao postulado constitucional da reserva absoluta de lei, vedando-se, em consequência, a intervenção de outros atos estatais revestidos de menor positividade jurídica, emanados de fontes normativas que se revelam estranhas, quanto à origem institucional, ao âmbito de atuação do Poder Legislativo, notadamente quando se tratar de imposições restritivas ou de fixação de limitações quantitativas ao estipêndio devido aos agentes públicos em geral.

- O princípio constitucional da reserva de lei formal traduz limitação ao exercício das atividades administrativas e jurisdicionais do Estado. A reserva de lei - analisada sob tal perspectiva - constitui postulado revestido de função excludente, de caráter negativo, pois veda, nas matérias a ela sujeitas, quaisquer intervenções normativas, a título primário, de órgãos estatais não-legislativos. Essa cláusula constitucional, por sua vez, projeta-se em uma dimensão positiva, eis que a sua incidência reforça o princípio, que, fundando na autoridade da Constituição, impõe, à administração e à jurisdição, a



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA



Fls.: 244

Proc.: 39765/06

\_\_\_\_\_  
Rubrica

*necessária submissão aos comandos estatais emanados, exclusivamente, do legislador.*

*- Não cabe, ao Poder Executivo, em tema regido pelo postulado da reserva de lei, atuar na anômala (e inconstitucional) condição de legislador, para, em assim agindo, proceder à imposição de seus próprios critérios, afastando, desse modo, os fatores que, no âmbito de nosso sistema constitucional, só podem ser legitimamente definidos pelo Parlamento.*

*- É que, se tal fosse possível, o Poder Executivo passaria a desempenhar atribuição que lhe é institucionalmente estranha (a de legislador), usurpando, desse modo, no contexto de um sistema de poderes essencialmente limitados, competência que não lhe pertence, com evidente transgressão ao princípio constitucional da separação de poderes...*

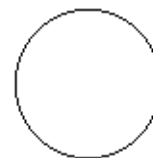
17. De forma mais explícita, ainda, tem-se o RE nº 339.342-AgR, de relato do Ministro Carlos Velloso:

*I - O STF firmou o entendimento no sentido de que a estipulação do teto remuneratório por meio de decreto do Poder Executivo fere a garantia constitucional da reserva de lei.*

18. Assentado está, pois, que a fixação de teto remuneratório às empresas "independentes", por meio de decreto, fere o princípio da legalidade estrita.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA



Fls.: 245

Proc.: 39765/06

\_\_\_\_\_  
Rubrica

19. Entrementes, a questão merece ser avaliada sob outros contornos. É necessário, como bem salientado pela Inspetoria, considerar que a norma constitucional prevista no artigo 37, XI, § 9º, não pode ser ensimesmada, mas, ao contrário, deve-se lê-la em conjunto com o ordenamento jurídico a que está circunscrita, mormente porque é necessário o controle da Administração sobre os recursos públicos de que é depositária.

20. Em realidade, a correta versação dos gastos públicos é um anseio de toda a sociedade, que merece defesa sempre que possível. Assim, a liberdade de atuação administrativa impõe balizamento também em outros princípios constitucionais, além do da legalidade. Logo, de se reconhecer que, embora não seja legal a imposição às empresas estatais "independentes" do limite remuneratório por meio do multicitado Decreto 28.113/07, não se pode deixar de conceber que tal norma serve como paradigma de um comportamento que resguarde o Tesouro distrital de saques exorbitantes, a título de salários sem quaisquer condicionantes.

21. Com espeque nos princípios da moralidade e da razoabilidade, é que o Parquet comunga com a opinião do Corpo Instrutivo em considerar o caráter orientativo do decreto, o qual se traduz, realmente, em instrumento de controle da Administração.

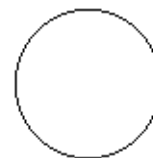
22. A premissa de controle estatal, portanto, resta apresentada, como fundo de aplicação do debatido decreto. Um último senão, entretanto, ainda se apresenta.

23. Antes da utilização do paradigma salarial definido como teto, mister se faz





**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA



Fls.: 246

Proc.: 39765/06

\_\_\_\_\_  
Rubrica

*preservar a irredutibilidade de salários, prevista no artigo 7, VI, CF/88. Trata-se, na espécie, de conformar interesses diversos e complexos: o controle financeiro das estatais em contraposição aos direitos sociais dos empregados. Valiosas reflexões sobre o tema podem ser vistas na obra "Curso de Direito Constitucional"<sup>1</sup>:*

(..)

*Neste contexto, torna-se extremamente complexa, para não dizer penosa, a interpretação/aplicação das normas constitucionais definidoras de direitos sociais, na medida em que, de um lado, os seus operadores, independentemente de sentimentos de ordem pessoal, são obrigados a emprestar-lhes a máxima efetividade - afinal de contas, esse é um dos princípios da interpretação especificamente constitucional - e, de outro, devem observar, também, outros cânones hermenêuticos de igual hierarquia, como os princípios da unidade da Constituição, da correção funcional e da proporcionalidade ou da razoabilidade, a cuja luz, sucessivamente, não podem interpretar a Lei Fundamental em "fatias", desrespeitar o seu modelo de separação dos Poderes e, tampouco, proferir decisões (...) incompatíveis com a ordem de valores plasmada na Constituição.*

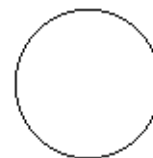
24. *Objetivamente, contudo, convém relembrar o entendimento do Supremo Tribunal Federal, o qual deixou configurado de forma perene a necessidade de preservar a*

---

<sup>1</sup> Ferreira, Gilmar Mendes; Coelho, Inocêncio Mártires e Branco, Paulo Gustavo Gonet. Curso de Direito Constitucional. São Paulo: Saraiva, 2008, p. 709-713.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA



Fls.: 247

Proc.: 39765/06

\_\_\_\_\_  
Rubrica

*irredutibilidade de salários. De fato, no Mandado de Segurança 24875 (impetrado contra decisão daquela Corte que, em fevereiro de 2004, determinou o corte dos valores excedentes ao teto salarial conforme o disposto no artigo 37, inciso XI da Constituição Federal), por maioria, os ministros asseguraram o direito de os impetrantes continuarem recebendo aumento de 20% (vinte por cento) sobre seus proventos, benefício concedido à época em que se aposentaram. Entendeu-se, naquela oportunidade, que deveria ser observado o princípio da irredutibilidade salarial.*

**II.b APLICAÇÃO DO LIMITE REMUNERATÓRIO DA LEI 3.894/06 AOS POLICIAIS CIVIS, MILITARES E BOMBEIROS MILITARES DO DISTRITO FEDERAL**

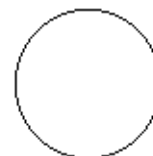
25. Neste tópico, a posição do Ministério Público não percorre a mesma trilha defendida pela Unidade Técnica. Trata-se, como pretender-se-á demonstrar, de antinomia de premissas.

26. Observa-se que as judiciosas ponderações do Órgão Técnico estão baseadas no Parecer nº 187/2007-PROPES/PGDF (excerto visto às fls.69 a 74). Daí a argumentação do Parquet tê-lo por parâmetro.

27. Em primeiro lugar, defende o parecerista que os integrantes da Polícia Civil, da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar são servidores do Distrito Federal. Salienta, ainda, que essas instituições pertencem ao DF e não à União, ao contrário do Poder Judiciário e do Ministério Público que operam no âmbito distrital.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA



Fls.: 248

Proc.: 39765/06

\_\_\_\_\_  
Rubrica

28. Neste aspecto, divergência não há. De fato, tais servidores são pertencentes aos quadros do Governo do Distrito Federal, extreme de dúvidas. Com efeito, é preciso deixar claro que os integrantes das corporações militares e civil são, indubitavelmente, servidores distritais e não federais, pois estão subordinados ao Governador do Distrito Federal, embora se lhes aplique o regime jurídico vigente na seara federal, como será demonstrado adiante.

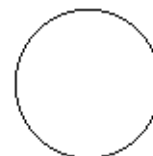
29. Prosseguindo na análise do Parecer nº 187/2007-PROPES/PGDF, tem-se por fundamental transcrever o seguinte excerto, pelo fato de ser o pomo da discórdia com esse Parquet:

(...) apenas a organização e manutenção dessas Instituições - que pertencem ao Distrito Federal, repita-se, é que são atribuídas à União, na forma do art. 21, XIV, não tendo esse dispositivo constitucional por função teleológica transmutar o vínculo estatutário dos integrantes das ditas Corporações de distrital para federal. (...) Assim, ainda que na esteira do entendimento do Supremo Tribunal Federal a competência para a edição de leis sobre remuneração de tais categorias seja da União, isso não implica a submissão delas ao teto da União, já que seus integrantes pertencem ao Distrito Federal e, como tal, ficam sujeitos ao teto remuneratório aplicável no DF.

Esse argumento é reforçado pelo fato de que sempre que o Constituinte quis excepcionar alguma categoria da aplicação do subteto local, o fez expressamente. É o que estabelece na parte final do inciso XI, do art. 37, que expressamente submeteu os membros do Ministério Público dos Estados e do Distrito Federal (...) ao subteto do Poder Judiciário no âmbito dos



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA



Fls.: 249

Proc.: 39765/06

\_\_\_\_\_  
Rubrica

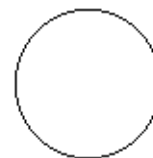
*Estados e do Distrito Federal, que é de 90,25% do subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal. A mesma ressalva não se verifica para os integrantes das Polícias Cíveis, das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros Militares. Ora, se tivesse sido a vontade do texto constitucional também nesse particular dar um tratamento diferenciado aos integrantes das referidas carreiras, deveria haver disposição constitucional expressa nesse sentido. Por outras palavras, não se pode pretender ampliar esta previsão excepcional que existe no texto constitucional relativa à organização e manutenção da Polícia Cível, da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, para o fim de alcançar também a definição do teto aplicável aos integrantes destas Corporações. (...) Como argumento de reforço, basta verificarmos a situação dos militares dos demais Estados, que assim como os Militares do Distrito Federal, nos termos do artigo 144, § 6º, da CF, são forças auxiliares e reserva do Exército. (...)*

*Vale ressaltar que não subsiste, tampouco, o argumento de que se o Distrito Federal não pode dispor sobre o essencial do verbo "manter", que é prescrever o quanto custará pagar aos servidores da Polícia Cível, Polícia Militar e Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, não teria competência, também, para fixar o limite de remuneração de tais servidores. Em verdade, deve-se observar que não é o Distrito Federal que fixa o limite de remuneração de tais servidores, mas sim a Constituição Federal, no art. 37, XI, in fine, conforme já demonstrado.*

*Por fim, resta observar que tampouco a Lei nº 10.633, de 27 de dezembro de 2002, que institui o Fundo Constitucional do Distrito Federal-FCDF, para atender o*



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA



Fls.: 250

Proc.: 39765/06

\_\_\_\_\_  
Rubrica

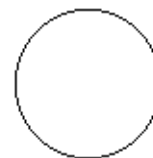
*disposto no inciso XIV do art.21 da Constituição Federal, impõe como consequência a submissão dos servidores da área de segurança pública do Distrito Federal ao teto dos servidores da União, ou seja, o subsídio dos Ministros do Supremo Tribunal Federal. (...)*

*Assim, o fato de as folhas de pagamento da Polícia Civil, da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal serem processadas pelo sistema de administração de recursos humanos do Governo Federal em nada compromete as conclusões que se obtém da correta interpretação dos dispositivos constitucionais relacionados ao teto de tais servidores. Por isso mesmo, não há razão jurídica para impor ao Distrito Federal a observância do limite remuneratório da área federal, no tocante aos servidores das áreas de segurança pública.*

*A aplicação do teto de remuneração distrital vem ao encontro do espírito da Emenda Constitucional nº 41, ao dar a nova redação do inciso XI, do art. 37, que foi o de moralizar e racionalizar as despesas do Estado com seu pessoal. Por tudo isso, não se vislumbra qualquer fundamento jurídico para o entendimento de que o teto aplicável aos servidores da Polícia Civil, da Polícia Militar ou do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal seja aquele aplicável à esfera federal. Os precedentes do Supremo Tribunal Federal tradicionalmente invocados referem-se a uma outra discussão (edição de leis sobre remuneração das Corporações), não se aplicando à presente questão. Assim, considera-se que a melhor interpretação da Constituição Federal impõe a conclusão de que os servidores da Polícia Civil, da Polícia Militar ou do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal têm como limite remuneratório o subsídio mensal dos Desembargadores do TJDF, assim como*



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA



Fls.: 251

Proc.: 39765/06

\_\_\_\_\_  
Rubrica

*todos os outros servidores públicos  
distritais, sem exceções de qualquer  
espécie.*

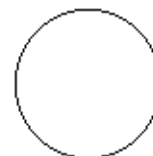
30. *Com efeito, a Inspetoria aquiesce às  
ponderações acima expostas, salientando que:*

*(...) pode-se inferir que esta Corte  
alberga posição pacífica no sentido de  
que a Polícia Civil do DF, a Polícia  
Militar do DF e o Corpo de Bombeiros  
Militar do DF, em que pese serem  
mantidos pela União, integram a  
estrutura administrativa do GDF. Aliás,  
é o que se depreende do comando inserto  
no art. 144, § 6º, da CF/88, ao  
subordiná-los ao Governador do Distrito  
Federal. De se concluir, portanto, que  
os servidores destas Corporações  
encontram-se alcançados pelo § 12 do  
art. 37 da CF, c/c a Emenda 46/06 à  
LODF, bem como a Lei Distrital nº  
3894/06, ante a autorização específica  
para a fixação do teto máximo conferida  
aos Estados e ao DF.*

51. *De notar que a Lei Federal nº  
10.486/2002, que dispõe sobre a  
remuneração dos militares do Distrito  
Federal, ao estabelecer, no art. 30, que  
"nenhum militar, na ativa ou na  
inatividade, poderá perceber  
mensalmente, a título de remuneração ou  
proventos, importância superior à  
remuneração bruta do respectivo  
Comandante-Geral", não afasta o  
sobredito entendimento, uma vez que a  
exceção constitucional voltou-se apenas  
ao limite máximo de remuneração,  
mantendo-se competente a União para  
fixar outros patamares remuneratórios no  
âmbito das Corporações distritais.*



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA



Fls.: 252

Proc.: 39765/06

\_\_\_\_\_  
Rubrica

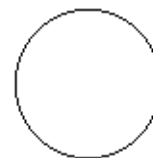
52. Na oportunidade, cumpre observar que recentemente a União, no âmbito de sua competência, editou a Medida Provisória nº 401, de 13 de novembro de 2007, que altera as tabela de subsídios prevista para a Carreira Policial Civil do DF, contida na Lei nº 11.361/2006, cujos valores máximos não alcançam o subsídio mensal dos Desembargadores do TJDF, não obstante possam ultrapassar o subsídio do Governador local, revelando que a União tem atuado de forma consentânea com o posicionamento ora defendido.

53. Diante do exposto, conclui-se que a aplicação do teto de remuneração distrital contempla os policiais civis, militares e bombeiros militares, o que converge com o espírito da Emenda Constitucional nº 41, ao dar a nova redação do inciso XI, do art. 37, bem como da Emenda Constitucional nº 47, ao acrescentar o § 12 ao artigo 37, que foi o de dar maior transparência na remuneração dos agentes públicos, organizando e racionalizando as despesas do Estado com seu pessoal, bem como conferir tratamento isonômico aos servidores que atuam nesta esfera política, quer sejam mantidos pela União (onde se inserem os servidores do Judiciário do Ministério Público e da Defensoria Pública local), quer sejam mantidos pelos cofres distritais.

31. Em que pese as sólidas ponderações, o Ministério Público entende que a premissa, da qual se partiu o raciocínio, está equivocada. Explica-se.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA



Fls.: 253

Proc.: 39765/06

\_\_\_\_\_  
Rubrica

32. A Constituição Federal quando assegurou, por meio do artigo 21, XIV, à União organizar e manter a polícia civil, a polícia militar e o corpo de bombeiros militar do Distrito Federal, não o fez de modo partilhado, de modo a conceber que ao Distrito Federal caberia impor restrições ou majorações salariais a essas categorias, à revelia daquele ente federado.

33. A compreensão está na decomposição essencial do núcleo do dispositivo constitucional, qual seja o verbo "manter", no sentido de conferir-lhe aplicação plena. Quando o constituinte optou por esse paradigma, conferiu à União o poder-dever de gerir todo o arcabouço jurídico-remuneratório daquelas categorias. Esse entendimento, presente em diversos julgados, foi que redundou na edição da Súmula 647/STF, a qual expressa que compete privativamente à União legislar sobre vencimentos dos membros das polícias civil e militar do distrito federal.

34. Esclarecedor, nesse ponto, o seguinte julgado, que serviu de precedente à edição daquela Súmula:

ADI-MC 2102 / DF - DISTRITO FEDERAL

MEDIDA CAUTELAR NA AÇÃO DIRETA DE  
INCONSTITUCIONALIDADE

Relator(a): Min. SEPÚLVEDA PERTENCE

Julgamento: 16/02/2000

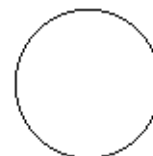
Órgão Julgador: Tribunal Pleno

EMENTA: Distrito Federal: serviços locais de segurança pública (Polícia Militar, Polícia Civil e Corpo de





**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA



Fls.: 254

Proc.: 39765/06

\_\_\_\_\_  
Rubrica

*Bombeiros): competência privativa da União para organizar e manter os organismos de segurança pública do Distrito Federal, que envolve a de legislar com exclusividade sobre a sua estrutura administrativa e o regime jurídico do seu pessoal: jurisprudência do STF consolidada no RE 241494: cautelar deferida para suspender a vigência da LD 1481/97.*

35. Como se nota, entendeu o Supremo Tribunal Federal, a quem cabe, por dogma inquebrantável, guardar os preceitos constitucionais, que compete à União legislar com exclusividade sobre o **regime jurídico** daquelas Corporações. Por definição, a matéria teto de remuneração faz parte do arcabouço de normas que compõem o regime jurídico. A esse respeito, convém desnudar a natureza jurídica do regime jurídico, tal qual fez o consagrado Hely Lopes Meirelles<sup>2</sup>:

**Esse regime único pressupõe preceitos sobre ingresso no serviço (por concurso público), forma e limites de remuneração,** deveres e direitos dos servidores, planos de carreira, investiduras em cargos em comissão e funções de confiança e, ainda, casos de contratação por tempo determinado. Essas disposições legais constituirão o estatuto dos servidores públicos civis de cada uma das entidades estatais, aplicáveis às suas autarquias e fundações.

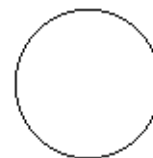
36. O caso em tela, pois, é a personificação da lógica aristotélica: cabe à

---

<sup>2</sup> *Apud* Moreira Neto, Diogo de Figueiredo. Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos. *Lumen Juris*, Rio de Janeiro: 1991 p. 51.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA



Fls.: 255

Proc.: 39765/06

\_\_\_\_\_  
Rubrica

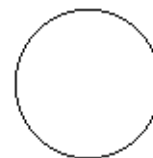
*União legislar sobre regime jurídico daquelas Corporações (premissa maior), o teto remuneratório está incluído no regime jurídico (premissa menor), logo, há de se considerar que cabe à União estabelecer o teto remuneratório dos policiais civis, militares e bombeiros militares do Distrito Federal (conclusão). Cabe lembrar que este Tribunal também perfilhou o mesmo entendimento, conforme se pode observar na Decisão 6868/06:*

*O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto da Relatora, tendo em conta a instrução e, em parte, o parecer do Ministério Público, decidiu: I - **aplicar aos servidores ocupantes de cargos das Carreiras de Delegado de Polícia e Polícia Civil do Distrito Federal o Regime Jurídico disciplinado pela Lei nº 4.878, de 03 de dezembro de 1965, e, subsidiariamente, o Regime Jurídico estabelecido pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, ambas com as modificações ocorridas na área federal;***  
*(...)*

37. De fato, no que tange a essas corporações, o legislador constituinte não fez incluir expressamente a competência legislativa no artigo 22 da Constituição Federal. Entrementes, isso não implica considerar que tenha havido aí um silêncio eloqüente da Constituição, como pretende demonstrar a digna Inspetoria. Isso porque, segundo o próprio Supremo Tribunal Federal, a competência legislativa da União restou implícita na abrangência do verbo manter, constante do artigo 21, inciso XIV, tendo em vista o teor da **matéria** ali disciplinada. O argumento de que o teto estadual é aplicado às corporações similares existentes nos estados não se mostra competente para o caso em apreço.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA



Fls.: 256

Proc.: 39765/06

\_\_\_\_\_  
Rubrica

38. *Afinal, a situação do Distrito Federal é singular na federação brasileira, ante a dúplice competência lhe imposta pela Constituição Federal, ora requerendo-lhe atuação tal e qual Estado, ora solicitando-lhe agir como se Município fosse. Em razão dessa dual atribuição constitucional, qualquer análise que envolva a competência do Distrito Federal requer extremo cuidado. Assim, compará-lo a outro estado, de forma absoluta, não é, permissa venia, boa medida.*

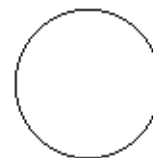
39. *Outro ponto que, ao sentir do Parquet, merece a devida atenção diz respeito à afirmação de que há um novo contexto jurídico-constitucional, a partir da entrada em vigor do § 12 do artigo 37 da CF/88, incluído pela EC nº 47/05, cujo teor ora se traz à colação:*

*§ 12. Para os fins do disposto no inciso XI do caput deste artigo, fica facultado aos Estados e ao Distrito Federal fixar, em seu âmbito, mediante emenda às respectivas Constituições e Lei Orgânica, como limite único, o subsídio mensal dos Desembargadores do respectivo Tribunal de Justiça, limitado a noventa inteiros e vinte e cinco centésimos por cento do subsídio mensal dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, não se aplicando o disposto neste parágrafo aos subsídios dos Deputados Estaduais e Distritais e dos Vereadores.*

40. *Cumpre considerar que ao Distrito Federal cabe estabelecer o teto remuneratório daqueles servidores sobre os quais detém competência legislativa. No caso das corporações aqui consideradas falece-lhe tal atribuição. Note-se que a Lei distrital nº 237/92 já dispunha sobre teto salarial. No entanto, foi a Lei federal nº 8.448/92, conforme explicitado pela própria Unidade*



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA



Fls.: 257

Proc.: 39765/06

\_\_\_\_\_  
Rubrica

*Técnica, que mandou aplicar, no que coubesse, o teto remuneratório da União aos servidores do Distrito Federal, ocupantes dos cargos de Polícia Civil, Polícia Militar e Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal. Posteriormente, a Lei federal nº 8.852/94 manteve similar disposição.*

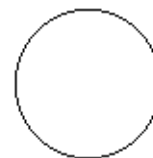
41. *Esses fatos demonstram, portanto, que estipular o teto remuneratório daquelas corporações sempre foi ofício da União e não do Distrito Federal. A União, assim, desempenhara sua função legislativa implícita contida no artigo 21, XIV, CF. Prova disso pode ser vista no PARECER/MP/CONJUR/Nº 1096-2.8/2003, contendo o entendimento do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, no sentido de que para o pagamento dos servidores policiais civis, militares e bombeiros deve ser observado o teto de remuneração aplicável no âmbito do Poder Executivo Federal. Logo, a respeito do teto remuneratório que existe hoje, há de se presumir que houve apenas mudança de paradigma de cálculo, não de competência.*

42. *Foi com base nessa premissa, inclusive, que o Supremo Tribunal Federal<sup>3</sup> afastou os membros da magistratura estadual da submissão ao subteto de remuneração imposto pelos Estados. Nessa ocasião, o STF suspendeu a eficácia do artigo 2º da Resolução nº 13/2006 e do artigo 1º, parágrafo único, da Resolução nº 14, ambas do Conselho Nacional de Justiça. Outra demonstração cabal desse raciocínio encontra-se em decisão do Conselho Nacional do Ministério Público, que determinou a implementação do teto remuneratório equivalente ao subsídio de Ministro do STF para todo o Ministério Público brasileiro.*

43. *Naquela oportunidade a Excelsa Corte asseverou que a interpretação do artigo 37,*



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA



Fls.: 258

Proc.: 39765/06

\_\_\_\_\_  
Rubrica

*parágrafo 12, acrescido pela emenda 47, ao permitir aos estados e ao Distrito Federal fixar como limite único de remuneração nos termos do inciso XI, do caput, o subsídio mensal dos desembargadores do respectivo tribunal de justiça limitada a 90,25% do valor dos subsídios dos ministros dessa Corte não pode alcançar os membros da magistratura.*

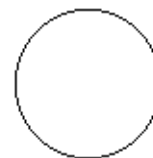
44. *Nota-se, pois, que a permissão dada pela Constituição para que Estados e Distrito Federal estipulem teto de remuneração aplica-se apenas àquelas matérias que lhe são afeitas.*

45. *Como último aspecto quanto a esse item, cabe obtemperar que a edição da MP nº 401/07, convertida na Lei nº 11.663, de 24/09/2008, que alterou as tabelas de subsídios da Carreira Policial Civil do DF, cujos valores máximos não alcançam o subsídio mensal dos Desembargadores do TJDF, não representa que a União tem atuado de forma a respeitar o teto remuneratório vigente no DF.*

46. *A questão parece ser apenas circunstancial. Afinal, cumpre asserir, por importante, que o preceito contido no § 12 do artigo 37 da CF apenas **facultou** aos estados e ao Distrito Federal estabelecerem como teto, em seu âmbito de competência, o subsídio mensal dos desembargadores dos respectivos tribunais de justiça. Não há qualquer obrigatoriedade. Haveria certo descompasso se, por exemplo, o governo do DF estabelecesse um teto remuneratório inferior aos subsídios dos policiais civis estipulados na citada Lei 11.663/08. Mesmo entendimento pode ser externado, quando se verifica a edição de leis federais, que tratam da remuneração dos militares do DF, cujos valores máximos salariais encontram-se aquém do limite*



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA



Fls.: 259

Proc.: 39765/06

\_\_\_\_\_  
Rubrica

remuneratório previsto no DF (Lei nº 3.894/06).

47. Pensa-se, assim, que, no substancial, está apresentada a tese defendida pelo Ministério Público, no sentido de que aos policiais civis, militares e bombeiros militares do DF aplica-se o teto remuneratório previsto na União.

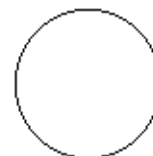
**II.c DA POSSIBILIDADE DE INSTITUIR, NO SIGRH, CONTROLE DO TETO REMUNERATÓRIO E DEMAIS INFORMAÇÕES ESTIPENDIÁRIAS DOS DIRIGENTES E EMPREGADOS DE TODAS AS EMPRESAS ESTATAIS DO DF.**

48. Com relação a este último ponto de abordagem, o Ministério Público comunga com a posição defendida pela Inspeção. Em verdade, afigura-se de difícil consecução a tarefa de controlar, por meio do SIGRH, o teto remuneratório dos dirigentes e empregados das estatais do DF.

49. Afinal, é bom que se diga, diversas vezes em que esse sistema precisou absorver novas rotinas houve sério descompasso entre a legislação a ser aplicada e os sistemas informatizados. Veja-se o exemplo do cálculo de aposentadorias pela "média aritmética", cuja marco legal data do ano de 2004 e, até hoje, ainda há sérias inconsistências no sistema, a ponto de o Tribunal, sistematicamente, determinar aos jurisdicionados correções posteriores no SIGRH, como faz crer a seguinte Decisão nº 2365/08:



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA



Fls.: 260

Proc.: 39765/06

\_\_\_\_\_  
Rubrica

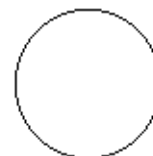
O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto da Relatora, decidiu: a) considerar legal, para fins de registro, a concessão de aposentadoria em exame, ressalvando que a regularidade das parcelas constantes do abono provisório será verificada na forma do item I da Decisão Administrativa nº 77/2007 (Processo nº 24185/07); b) recomendar à Secretaria de Estado de Educação que adote as seguintes providências: 1) **ajuste, no Sistema Único de Gestão de Recursos Humanos - SIGRH, o cálculo do valor da parcela única da servidora às regras previstas no art. 1º da Lei nº 10.887/2004, atentando para as incorreções apontadas pelo órgão de Controle Interno, no tocante à atualização das contribuições;** 2) **em havendo importâncias recebidas indevidamente pela servidora, a título de proventos com a implementação da nova sistemática de cálculo ("média aritmética"), consoante disposto no item "1" acima, dispense o ressarcimento ao erário das importâncias pagas a mais a esse título, até a data da Decisão nº 6.987/2006 (Processo nº 3.337/2004), por se tratar de falha de interpretação de norma regente, à vista no disposto no Enunciado TCDF nº 79;** c) autorizar o arquivamento do feito e a devolução do apenso à origem.

50. No caso específico em análise, há, ainda, o fato de o órgão gestor do SIGRH estar pouco afeito à estrutura remuneratória das empresas estatais, que difere, em muito, da legislação pertinente à administração direta.

51. Em virtude de tais dificuldades, parece ser de bom alvitre a sugestão da Unidade Técnica em proceder ao devido controle da remuneração das empresas "independentes", por meio de roteiro programado de auditorias.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA



Fls.: 261

Proc.: 39765/06

\_\_\_\_\_  
Rubrica

*Esse procedimento possibilitará uma maior efetividade da ação dessa Corte de Contas, a partir do momento em que em cada processo específico de auditoria tenha-se estabelecido todo o arcabouço normativo-remuneratório da estatal a ser auditada.*

52. Com relação à ponderação do Corpo Instrutivo, no sentido de que a Corte deveria proceder a estudos no sentido de esclarecer quais rubricas estão sujeitas ao teto, de acordo com a composição salarial de cada entidade (§ 69 - fl. 89), entende-se que tal providência está em descompasso com a sugestão de realização de auditorias programadas nas estatais. Afinal, os estudos são forma concentrada de avaliação do problema, em contraposição com o método difuso sugerido pela Inspetoria, efetivado por meio de auditorias. Entende o Ministério Público que a segunda opção é mais vantajosa, pelos motivos já apresentados alhures.

### **III - DA CONCLUSÃO**

53. Ante todo o exposto, o Ministério Público opina no sentido de que o Tribunal:

I) tome conhecimento do Parecer nº 187/2007-PROPES/PGDF (fls. 26/39);

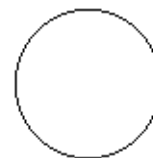
II) adote o seguinte entendimento:

a) tendo em vista o disposto no art. 37, XI, c/c § 9º da CF, apenas as empresas públicas e as sociedades de economia mista





**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA



Fls.: 262

Proc.: 39765/06

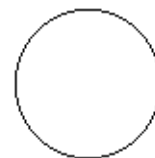
\_\_\_\_\_  
Rubrica

*distritais que recebam recursos públicos para pagamento de despesas de pessoal ou de custeio submetem-se ao teto remuneratório constitucional;*

- b) *o teto remuneratório fixado pelo Decreto nº 28.113/07, ao contemplar as empresas públicas e sociedades de economia mista que não recebam recursos públicos para pagamento de despesas de pessoal ou de custeio, tem caráter meramente orientativo, porquanto decorre de política do governo local, servindo de balizamento para que tais entidades não adotem remunerações exacerbadas, além dos níveis prevaletentes no mercado de trabalho, em obediência aos princípios constitucionais que regem a Administração Pública, notadamente os da moralidade, da razoabilidade, da economicidade e da impessoalidade, observando-se, ainda, que, quando da utilização do referido teto como paradigma, dever-se-á prestigiar o princípio da irredutibilidade de salários;*
- c) *o teto de remuneração a ser aplicado aos policiais civis, militares e bombeiros militares do Distrito Federal é o prevalente no âmbito da União, tendo em vista o entendimento do Supremo Tribunal Federal, que lhe atribuiu a competência privativa para legislar sobre a estrutura administrativa e o*



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA



Fls.: 263

Proc.: 39765/06

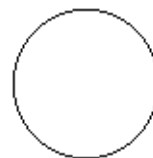
\_\_\_\_\_  
Rubrica

*regime jurídico de pessoal  
daquelas corporações;*

- d) *diante da imprecisão do complexo normativo e regulamentar que rege a remuneração de dirigentes e empregados de estatais, jungida ao regime trabalhista, que muito difere do arcabouço normativo que encerra a remuneração dos servidores públicos estatutários, restando árida e dificultosa a verificação das parcelas salariais que se sujeitam ao teto remuneratório, considerando, ainda, questões de economicidade, eficácia e eficiência da medida, que exigiria a atualização contínua e permanente da base informatizada de dados salariais, sem embargo de abrir espaço para eventuais discussões acerca de possível mácula à autonomia administrativa e financeira dessas entidades, tem-se por prematuro, nesse momento, o estudo sobre a possibilidade de instituição do controle, por meio do SIGRH, do teto remuneratório e demais informações estipendiárias de todas as empresas estatais do DF, afigurando-se mais apropriado que se estabeleça um balizamento, por meio de auditorias programadas, a partir de uma apuração detalhada do arcabouço normativo e remuneratório de cada entidade e das rubricas a serem ou não submetidas ao teto;*



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA



Fls.: 264

Proc.: 39765/06

\_\_\_\_\_  
Rubrica

*III - dê conhecimento da decisão a ser proferida nestes autos ao Governador do Distrito Federal, à Procuradoria-Geral do Distrito Federal e à Câmara Legislativa do Distrito Federal;*

*IV - autorize o arquivamento do presente feito."*

*É o relatório.*

**V O T O**

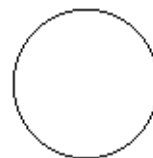
*A respeito do assunto em pauta - aplicação do teto remuneratório nas Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista - manifestei-me nos autos dos Processos nºs 3.237/1994 (Banco de Brasília S/A - BRB) e 3.737/1994 (Companhia de Desenvolvimento do Planalto Central - CODEPLAN).*

*Do voto proferido no Processo nº 3.237/1994, destaco os seguintes excertos:*

*"Um dos aspectos da discussão posta neste feito (retribuição paga ao Secretário de Estado como teto de remuneração dos empregados de empresas públicas e sociedades de economia mista), que me parece constituir-se na premissa maior do silogismo, foi examinado pelo Supremo Tribunal Federal nos autos da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 787-4/DF, requerida pelo Partido dos Trabalhadores contra ato do Governador e da Câmara Legislativa do Distrito Federal, tendo como*



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA



Fls.: 265

Proc.: 39765/06

\_\_\_\_\_  
Rubrica

*referência o disposto na multicitada Lei distrital nº 237/92 c/c os arts. 37, inciso XI; 173, § 1º; 22, inciso I e 7º, inciso VI, todos da Constituição Federal.*

*Assim sendo, convém salientar o que rezava a redação original do inciso XI do art. 37 da Constituição Federal:*

*"Art. 37. (...)*

*XI - a lei fixará o limite máximo e a relação de valores entre a maior e menor **remuneração dos servidores públicos**, observados, como limites máximos e no âmbito dos respectivos poderes, os valores percebidos como remuneração, em espécie, a qualquer título, por membros do Congresso Nacional, Ministros de Estado e Ministros do Supremo Tribunal Federal e seus correspondentes nos Estados, no Distrito Federal e nos Territórios, e, nos Municípios, os valores percebidos como remuneração, em espécie, pelo Prefeito;" (grifos nossos)*

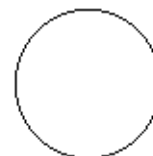
*(...)*

*Promulgada em data anterior à Assembléia Geral dos Acionistas do BRB, realizada em 15.07.93, a Lei Orgânica do DF, vigente a partir de 08.06.93, em seu art. 19 instituiu:*

*"Art. 19 (...)*



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA



Fls.: 266

Proc.: 39765/06

\_\_\_\_\_  
Rubrica

*X - A lei fixará o limite máximo e a relação de valores entre a maior e menor remuneração dos servidores públicos do Distrito Federal, observados como limites máximos, no âmbito dos Poderes Legislativo e Executivo, os valores percebidos como remuneração, em espécie, a qualquer título, por Deputados Distritais e Secretários de Governo;"*

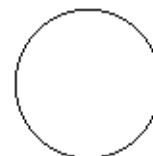
*Confrontando os textos transcritos vê-se que a LODF, quando quis referir-se às Sociedades de Economia Mista e Empresas Públicas, o fez de forma expressa (vide inciso XVI do mesmo art. 19).*

*Com estas observações preliminares, tenho por conveniente ressaltar os votos proferidos pelos Ministros Marco Aurélio, Sepúlveda Pertence e Carlos Mário Velloso nos autos da ADIn nº 787-4/DF, que incorporo a este voto, para efeito de integrar sua fundamentação, uma vez que perfilho de idêntico juízo:*

**"Ministro Marco Aurélio: É certo que o artigo 37 da Constituição Federal prevê que o que nele se contém é aplicável à "administração pública direta, indireta ou fundacional". Há alusão à administração indireta, e todos sabemos que a administração indireta é integrada, também, pelas empresas públicas e sociedades de economia mista. Contudo, a razão de ser da referência à expressão "administração indireta" está no fato de essa expressão alcançar, também, as autarquias e se quis colocar os respectivos servidores sob a égide desse artigo. Os prestadores de serviço das sociedades de economia mista e das empresas públicas não são servidores, não percebem vencimentos, são**



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA



Fls.: 267

Proc.: 39765/06

\_\_\_\_\_  
Rubrica

***empregados, porque contratados pela Consolidação das Leis do Trabalho, e recebem unicamente salários.***

*Ora, se firmo essa premissa e se considero que temos, nos incisos pertinentes do referido artigo 37, a alusão a vencimentos e a servidores públicos, afastado, pelo menos ao primeiro exame, a abrangência da menção contida no caput à administração pública indireta, a ponto de alcançar pessoas jurídicas de direito privado, como o são as sociedades de economia mista e as empresas públicas.*

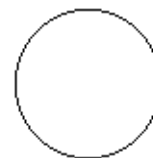
*Não obstante, há mais, Senhor Presidente: o legislador constituinte de 1988, quando quis, lançou dispositivo abrangendo, também, os prestadores de serviço das empresas públicas e das sociedades de economia mista. Refiro-me à previsão do inciso XVII do citado artigo 37. Quanto à acumulação, houve alusão, aí sim, explícita, às demais pessoas jurídicas que integram, além das autarquias, a administração indireta.*

*Indo além, verifico que no artigo 173, § 1º, da Constituição Federal, emprestou-se aos empregados das empresas públicas e das sociedades de economia mista - por via indireta, é certo - um tratamento todo próprio, ao apontar-se que, no tocante às orientações trabalhistas, **essas pessoas jurídicas ficam submetidas à legislação geral, portanto, à Consolidação das Leis do Trabalho.***

(...)



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA



Fls.: 268

Proc.: 39765/06

\_\_\_\_\_  
Rubrica

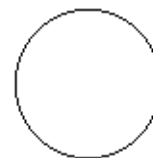
Veja V. Ex<sup>a</sup>, Senhor Ministro: se entendermos que o limite alusivo a vencimentos também é aplicável a esses empregados, e não apenas aos servidores, caminharemos para assentar que também se aplica, às relações jurídicas mantidas, o preceito do artigo 37 que veda a vinculação, que veda a equiparação salarial e aí afastaremos, por via de consequência, a incidência do artigo 173, § 1º, da Carta. Agora, há mais dado: é que, sob a égide da Constituição pretérita, creio que jamais esta Corte entendeu aplicável aos empregados de sociedades de economia mista e aos empregados de empresas públicas a vedação do artigo 102, § 2º, quanto à percepção, na inatividade, de proventos superiores ao que percebido em atividade. Por isso, creio que precisamos, nessa referência à administração indireta, sopesar, também as repercussões de empregar um rigor maior quanto aos preceitos alusivos às vedações. Não consigo, de forma alguma, apontar que o que ele percebe é vencimento e não salário; não consigo afastar do cenário jurídico a possibilidade de ele entrar, no âmbito da Justiça do Trabalho, com uma reclamação trabalhista objetivando a isonomia, a equiparação salarial, considerado o que percebido por um que exerça função idêntica."

**"Ministro Sepúlveda Pertence: (...)**

**Jamais pude ler, nas referências do artigo 37 a servidor público, abrangência para nelas compreender os empregados das empresas estatais.**



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA



Fls.: 269

Proc.: 39765/06

\_\_\_\_\_  
Rubrica

*Por outro lado, fui Relator do acórdão unânime desta Plenário, na Ação Direta 83, invocada pelo autor, e assentou o Tribunal:*

*"A Constituição Estadual não pode, como fez a do Estado de Minas Gerais, impor à pessoas de direito privado, posto que integrantes da administração indireta estadual, prestações de natureza salarial, qual o reajustamento progressivo dado a todos os empregados das sociedades de economia mista, empresas públicas e outras entidades de direito privado sob o controle direto ou indireto do Estado, ou a reposição salarial assegurada aos bancários das instituições financeiras estaduais."*

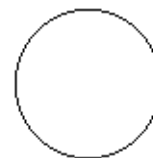
*Resumi, na ementa, a Doutrina, então endossada para minha honra, pela unanimidade da Corte:*

*"No regime próprio das empresas privadas", imposto pela Constituição aos **bancos do Estado**, porque sociedades de economia mista que exploram atividade econômica, a **determinação do quantum** da prestação salarial resulta de **três fontes normativas exclusivas**: ou decorre da **lei**, ou de **sentença normativa** ou do **contrato individual ou coletivo de trabalho** (nos quais se inserem e a cujo regime obrigacional se submetem as melhorias outorgadas por atos unilaterais do empregador, tenham alcance individual ou geral, como o regulamento da empresa): ora, o*





**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA



Fls.: 270

Proc.: 39765/06

\_\_\_\_\_  
Rubrica

*preceito transitório da Constituição do Estado, que determina reposição salarial - como o que ora se questiona -, em relação às empresas bancárias estaduais, não se legitima como lei material - que versando sobre salários, matéria de Direito do Trabalho, seria da competência exclusiva da União ( CF, art. 22, I) - não substituem sentença normativa, nem caracterizam ato de outorga unilateral de vantagem emanado do Estado-empregador."*

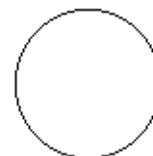
*Ora, Senhor Presidente, o que vejo de diferença aqui na lei local do Distrito Federal em relação ao texto, então impugnado, da Constituição estadual de Minas é simplesmente que, no caso de Minas Gerais, a tentativa de tratar, de dar disciplina de direito público local à questão salarial de empregados de empresas estatais favoreceria aos empregados, enquanto na lei do Distrito Federal prejudica os trabalhadores.*

**O artigo 173 da Constituição, no entanto, é via de mão dupla.** De um lado, de fato, visa liberar as empresas estatais do regime legal do funcionalismo público: de outro lado, não só como garantia dos trabalhadores, mas como instrumento do regime, que se quis instituir, de livre concorrência, esse artigo visa também a evitar que empresas estatais sejam cercadas de privilégios que não se outorguem às empresas privadas concorrentes.

**Ora, se admitimos teto para o bancário, porque empregado de um banco**



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA



Fls.: 271

Proc.: 39765/06

\_\_\_\_\_  
Rubrica

*controlado pelo Distrito Federal, estamos fugindo nitidamente da doutrina fixada pelo Tribunal na Ação Direta 83, e estamos criando, sim, um privilégio em favor do banco estatal na competição com as empresas privadas do mesmo ramo.*

Não consigo, Senhor Presidente, interpretar o artigo 173, **data venia**, como via de mão única, que só se aplicará para impedir que a legislação, sobretudo a legislação local, estenda alguma vantagem de servidor público aos empregados das empresas estatais, mas não quando a lei local discriminar contra os empregados das empresas estatais.

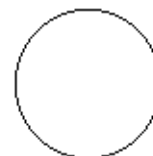
Não o admito, por dois motivos: primeiro, porque a Constituição os põe como trabalhadores, membros de uma categoria; segundo, porque o tratamento, além de discriminatório em relação a esses empregados, enquanto trabalhadores, é privilegiador de empresa estatal, num ponto, o das relações trabalhistas, em que a Constituição explicitamente vedou o privilégio."

**"Ministro Carlos Velloso:** (...), alertado pelo eminente Ministro SEPÚLVEDA PERTENCE, lembro-me de que, na ADIn 83-MG, decidimos que a legislação local que concede benefícios salariais não seria aplicável às empresas públicas, às mistas e às autarquias que exercem atividade econômica.

Diante disso, (...), penso que não devo sujeitar os empregados das empresas



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA



Fls.: 272

Proc.: 39765/06

\_\_\_\_\_  
Rubrica

*estatais ao teto, que prejudica, quando, diante da legislação salarial que beneficia, recusei aplicação a esta." (grifamos)*

*O entendimento que vem de ser exposto foi observado pelo legislador reformador, que, atento a essas teses, bem como à necessidade de incentivar a competitividade e à qualificação do pessoal das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista, atribuiu, por intermédio da Emenda Constitucional nº 19/98, a seguinte redação ao inciso XI e § 9º do referido art. 37 da Carta Fundamental:*

*"Art. 37 (...)*

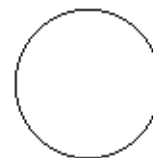
*XI - a remuneração e o subsídio dos ocupantes de cargos, funções e empregos públicos da **administração direta, autárquica e fundacional**, dos membros de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos detentores de mandato eletivo e dos demais agentes políticos e os proventos, pensões ou outra espécie remuneratória, percebidos cumulativamente ou não, incluídas as vantagens pessoais ou de qualquer outra natureza, não poderão exceder o subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal;*

*(...)*

*§ 9º. O disposto no inciso XI aplica-se às empresas públicas e às sociedades de economia mista, e suas subsidiárias, que receberem recursos da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos*



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA



Fls.: 273

Proc.: 39765/06

\_\_\_\_\_  
Rubrica

*Municípios para pagamento de despesas de pessoal ou de custeio em geral."*

*Por seu turno, o Tribunal Superior do Trabalho, de forma reiterada, assentou os seguintes juízos:*

*"EMBARGOS. TETO REMUNERATÓRIO. EMPRESA PÚBLICA. ART. 37, INCISO XI, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.*

*O artigo 37, inciso XI, da Constituição Federal refere-se apenas à Administração Direta, Autárquica e Fundacional, não se aplicando, portanto, às empresas públicas.*

*Para que o denominado "teto salarial", previsto no inciso XI, se aplicasse, de alguma forma, às empresas públicas e sociedades de economia mista, foi necessário acrescentar-se ao art. 37 o § 9º, e ainda assim, limitando esta aplicação aos casos em que tais empresas recebem recursos da Fazenda Pública para cobrir despesas de pessoal ou custeio.*

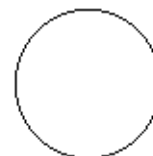
*Pelo simples fato de o "caput" do art. 37 referir-se à administração indireta, não significa, obviamente, que todos os seus incisos se aplicassem a empregados de sociedades de economia mista e empresas públicas.*

*Tanto assim é que, à evidência, os incisos X e XIII não se aplicam a esses empregados, à força do art. 173, § 1º, da Constituição Federal. Por isso mesmo, a referência do "caput" à administração indireta limita-se a empregados de autarquias.*

*Quando se quis que a aplicação se estendesse também a empregados de sociedades de economia mista e empresas*



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA



Fls.: 274

Proc.: 39765/06

---

 Rubrica

*públicas, fez-se constar dos incisos respectivos a referência expressa a empregos públicos. (...)” (Recurso de Revista nº 284772/96 – Relator Ministro Vantuil Abdala – DJ de 14.12.2001)*

*“EMPREGADOS DE SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA. TETO SALARIAL PREVISTO NO ARTIGO 37, INCISO XI, DA CF/88. INAPLICABILIDADE.*

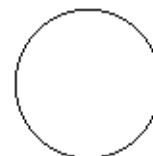
*Na esteira de recente decisão da colenda Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, o limite estabelecido no artigo 37, inciso XI, da Constituição Federal só se aplica à Administração Pública Direta, Autárquica e Fundacional, excluídas, portanto, as sociedades de economia mista e às empresas públicas, sendo incabíveis os descontos realizados no salário do empregado, a pretexto de limite ao teto remuneratório, no período anterior à Emenda Constitucional nº 19/98, que o estendeu às empresas públicas e às sociedades de economia mista, e suas subsidiárias, que recebam recursos da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios para pagamento de despesas de pessoal ou de custeio em geral. (...)” (Recurso de Revista nº 390494/97 – Relator Juiz convocado Altino Pedrozo dos Santos- DJ de 08.02.2002)*

*“RELAÇÃO DE EMPREGO. EMPREGADO DE SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA. TETO CONSTITUCIONAL.*

*Somente após as alterações advindas da Emenda Constitucional nº 19/98 é que o art. 37, XI, constitucional passou a se referir às empresas públicas e às sociedades de economia mista, limitando sua aplicação aos casos em que tais*



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA



Fls.: 275

Proc.: 39765/06

\_\_\_\_\_  
Rubrica

*empresas recebem recursos da Fazenda Pública para cobrir despesas de pessoal ou custeio. (...)” (Recurso de Revista nº 412840/97 – Relator Ministro José Luciano de Castilho Pereira DJ de 02.08.2002)*

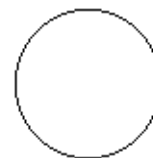
*Ao analisar o disposto no inciso XI do multicitado art. 37 da Constituição Federal, Maria Sylvia Zanella Di Pietro preleciona in “Direito Administrativo” , Ed. Atlas, 13ª Edição:*

*“A leitura desse dispositivo permite as seguintes conclusões:*

- a) o teto abrange tanto os que continuam sob o regime remuneratório como os que passam para o regime de subsídio;*
- b) abrange os servidores ocupantes de cargos, funções e empregos públicos, o que significa que o teto independe do regime do regime jurídico, estatutário ou trabalhista, a que se submete o servidor;*
- c) alcança os servidores da Administração Direta, autárquica e fundacional; quanto às empresas públicas, sociedades de economia mista e subsidiárias, somente são alcançadas pelo teto se receberem recursos da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios para pagamento de despesas de pessoal ou de custeio em geral, conforme decorre do § 9º do artigo 37;”*



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA



Fls.: 276

Proc.: 39765/06

\_\_\_\_\_  
Rubrica

*Hely Lopes Meirelles in "Direito Administrativo Brasileiro" - 27ª Edição, Ed. Malheiros, adota idêntico posicionamento, a teor da seguinte lição:*

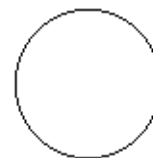
*"Registre-se, por relevante, que os salários dos empregados públicos das empresas públicas e das sociedades de economia mista, e suas subsidiárias, só estarão submetidos ao teto geral se essas pessoas jurídicas receberem recursos da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios para pagamento de despesas de pessoal ou de custeio em geral (CF, art. 37, § 9º). Assim, se tiverem vida financeira própria no que diz respeito às despesas de custeio em geral e de pessoal, excluídos, pois, os investimentos, não estarão submetidas ao comando do art. 37, XI. A exceção é altamente salutar e moralizadora, servindo de estímulo à eficiência. A lei nacional prevista no art. 173, § 1º, da CF, por ela chamada de "estatuto jurídico", deverá dispor a respeito da aplicação dessa matéria."*

*Finalmente, Jessé Torres Pereira Júnior, in "Da Reforma Administrativa Constitucional" - Ed. Renovar, leciona:*

*"Articulando-se o disposto no inciso XI com a ressalva do § 9º deste mesmo art. 37, sujeita-se ao teto, em todos os Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, qualquer que seja o regime jurídico adotado antes ou depois da Emenda 19, a remuneração dos:*



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA



Fls.: 277

Proc.: 39765/06

\_\_\_\_\_  
Rubrica

- a) agentes públicos( servidores ocupantes de cargos, empregos e funções na Administração direta, autárquica e fundacional);
- b) empregados de empresas públicas e sociedades de economia mista, e suas subsidiárias, se as respectivas entidades receberem recursos, de qualquer dos entes federativos, para o pagamento de despesas com pessoal ou custeio em geral;
- c) agentes políticos e seus auxiliares imediatos(membros de Poder, Ministros, Secretários Estaduais e Municipais, qualquer que seja o modo de investidura - concurso público, nomeação direta ou eleição).

*Exclui-se do teto apenas a remuneração dos empregados das empresas públicas e sociedades de economia mista, e suas subsidiárias, que não recebam do erário recursos para o pagamento de despesas com pessoal ou custeio em geral."*

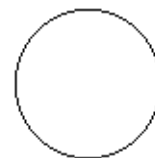
(...)

*Por conseguinte, tendo por referência as decisões judiciais e os ensinamentos dos mestres administrativistas retrotranscritos, forçoso se torna reconhecer que as remunerações dos dirigentes das Empresas Públicas e das Sociedades de Economia Mista não estão sujeitas à limitação remuneratória (teto), salvo se essas entidades da administração indireta receberam, após a vigência da Emenda Constitucional nº 19/98, recursos estatais para pagamento de despesas de pessoal ou de custeio em geral."*





**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA



Fls.: 278

Proc.: 39765/06

\_\_\_\_\_  
Rubrica

*Penso haver deixado claro meu posicionamento a respeito do assunto em tela, que é convergente com aquele externado na instrução e no parecer ministerial.*

*No tocante ao teto remuneratório a ser aplicado aos Policiais Cíveis e Militares, bem como aos Bombeiros Militares do Distrito Federal, comungo do entendimento manifestado pelo Órgão Ministerial e o faço com amparo na jurisprudência prevaiente no Supremo Tribunal Federal - STF, acerca do procedimento a ser observado na hipótese em relevo.*

*Atento ao que venho de asseverar, não vislumbro viabilidade no valoroso entendimento traduzido no Parecer nº 187/2007-PROPES/PGDF, no tocante ao teto remuneratório a ser aplicado aos integrantes das Polícias Civil e Militar, bem como aos do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal - subsídio do Desembargador do TJDF - , pois isto, a meu sentir, significaria impor-lhes a renúncia ao regime e teto remuneratório que lhes defere a Constituição Federal por força do inciso IV do seu art. 21.*

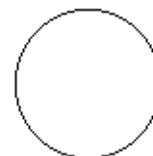
*Dessarte, acolhendo os termos do parecer ministerial e com fundamento nos precedentes jurisprudenciais que venho de mencionar, que integram o fundamento de decidir, **VOTO** no sentido de que o egrégio Plenário:*

**I** - tome conhecimento do Parecer nº 187/2007-PROPES/PGDF (fls. 26/39);

**II** - firme o seguinte entendimento:



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA



Fls.: 279

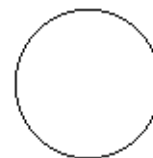
Proc.: 39765/06

\_\_\_\_\_  
Rubrica

- a) com fundamento no o art. 37, XI, c/c § 9º da Constituição Federal, que as remunerações dos dirigentes das Empresas Públicas e das Sociedades de Economia Mista não estão sujeitas à limitação remuneratória (teto), salvo se essas entidades da administração indireta receberam, após a vigência da Emenda Constitucional nº 19/1998, recursos estatais para pagamento de despesas de pessoal ou de custeio em geral;
- b) o teto remuneratório fixado pelo Decreto nº 28.113/2007, ao contemplar as empresas públicas e sociedades de economia mista que não recebam recursos públicos para pagamento de despesas de pessoal ou de custeio, tem caráter meramente orientativo, porquanto decorre de política do governo local, servindo de balizamento para que tais entidades não adotem remunerações exacerbadas, além dos níveis prevaletentes no mercado de trabalho, em obediência aos princípios constitucionais que regem a Administração Pública, notadamente os da moralidade, da razoabilidade, da economicidade e da impessoalidade, observando-se, ainda, que, quando da utilização do referido teto como paradigma, dever-se-á prestigiar o princípio da irredutibilidade de salários;
- c) o teto de remuneração a ser aplicado aos policiais civis e militares e bombeiros militares do Distrito Federal é o prevalente no âmbito da União, tendo em vista o



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA



Fls.: 280

Proc.: 39765/06

\_\_\_\_\_  
Rubrica

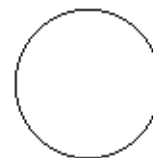
*entendimento do Supremo Tribunal Federal, que lhe atribuiu a competência privativa para legislar sobre a estrutura administrativa e o regime jurídico de pessoal daquelas corporações;*

- d)** *diante da imprecisão e complexidade da legislação que disciplina a remuneração de dirigentes e empregados de estatais, jungida ao regime trabalhista, que muito difere do arcabouço normativo que encerra a remuneração dos servidores públicos estatutários, restando árida e dificultosa a verificação das parcelas salariais que se sujeitam ao teto remuneratório, considerando, ainda, questões de economicidade, eficácia e eficiência da medida, que exigiria a atualização contínua e permanente da base informatizada de dados salariais, sem embargo de abrir espaço para eventuais discussões acerca de possível mácula à autonomia administrativa e financeira dessas entidades, tem-se por prematuro, nesse momento, o estudo sobre a possibilidade de instituição do controle, por meio do SIGRH, do teto remuneratório e demais informações estipendiárias de todas as empresas estatais do DF, afigurando-se mais apropriado que se estabeleça um balizamento, por meio de auditorias programadas, a partir de uma apuração detalhada do arcabouço normativo e remuneratório de cada entidade e das rubricas a serem ou não submetidas ao teto.*

**III** - *dê conhecimento do teor desta decisão aos Excelentíssimos Senhores Governador*



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA



Fls.: 281

Proc.: 39765/06

\_\_\_\_\_  
Rubrica

*do Distrito Federal, Presidente da  
Câmara Legislativa e Procurador-Geral  
do Distrito Federal;*

**IV** - *autorize o arquivamento do presente  
feito."*

Naquela assentada pediu vista do feito o ilustre Conselheiro Manoel de Andrade que, no voto de fls. 194/196, asseverou:

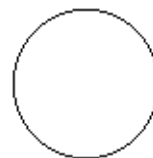
*"Ao examinar o feito, verifico que assiste razão ao ilustre Conselheiro Renato Rainha em seus fundamentos, bem como na parte dispositiva de seu voto. Mesmo assim, permito-me sugerir uma singela alteração em relação ao conteúdo do item II, alínea "a", de fl. 190.*

*Na referida alínea, a ressalva está grafada assim: "(...), salvo se essas entidades da administração indireta **receberam** (...)" [o destaque não é do original]. Ocorre que o texto constitucional (§ 9º do art. 37) faz referência "às empresas públicas e às sociedades de economia mista e suas subsidiárias, **que receberem** (...)." [o destaque é nosso]. Como se vê, há alteração do tempo verbal. Em razão disso, afim de se evitarem possíveis distinções de interpretação a partir dessa mudança de tempo verbal, entendo que o verbo aqui em foco deveria guardar a mesma simetria de conjugação com aquela constante no texto constitucional que lhe serve de fundamento.*

*Com essas breves considerações, acompanho o voto do ilustre Relator, Conselheiro Renato Rainha, com a pequena alteração descrita no parágrafo anterior."*



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA



Fls.: 282

Proc.: 39765/06

\_\_\_\_\_  
Rubrica

É o relatório.

## **VOTO**

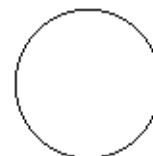
Não identifico razões para acolher a proposição formulada pelo ilustre Revisor.

Assim procedo, tendo por referência o seguinte excerto do voto que proferi nos autos do Processo nº 3.237/1994 (que originou a **Decisão nº 3.514/2002**), reproduzido à fl. 189 destes autos:

*"Por conseguinte, tendo por referência as decisões judiciais e os ensinamentos dos mestres*



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA



Fls.: 283

Proc.: 39765/06

\_\_\_\_\_  
Rubrica

*administrativistas retrotranscritos, forçoso se torna reconhecer que as remunerações dos dirigentes das Empresas Públicas e das Sociedades de Economia Mista não estão sujeitas à limitação remuneratória (teto), salvo se essas entidades da administração indireta receberam, após a vigência da Emenda Constitucional nº 19/98, recursos estatais para pagamento de despesas de pessoal ou de custeio em geral. "*

Penso haver deixado claro o que nos motivou a redigir a alínea "a" do item II do voto "*stricto sensu*" de fls. 190/192, como apresentada na Sessão Ordinária de 07.08.2008. Em tempo, lembro que o assunto agitado nos autos remonta ao exercício de **2006** (fls. 1/3), quando já havia manifestação a respeito por parte do TCDF, sem embargo de assinalar que se encontra disciplinado desde **04.06.1998**, data da promulgação da Emenda Constitucional nº 19/1998.

Com estas breves considerações e lamentando dissentir do ilustre Revisor, **VOTO** no sentido que o egrégio Plenário:

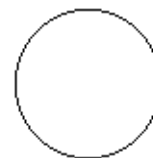
I - tome conhecimento do Parecer nº 187/2007-PROPE/PGDF (fls. 26/39);

II - firme o seguinte entendimento:

- a) com fundamento no art. 37, inciso XI, e seu § 9º, da Constituição Federal, que as remunerações dos dirigentes das Empresas Públicas e das Sociedades de Economia Mista não estão sujeitas à limitação remuneratória (teto), salvo se essas entidades da administração indireta receberam, após a vigência da Emenda Constitucional nº 19/1998, recursos estatais para pagamento de despesas de pessoal ou de custeio em geral;



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA



Fls.: 284

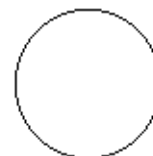
Proc.: 39765/06

\_\_\_\_\_  
Rubrica

- b) o teto remuneratório fixado pelo Decreto nº 28.113/2007, ao contemplar as empresas públicas e sociedades de economia mista que não recebam recursos públicos para pagamento de despesas de pessoal ou de custeio, tem caráter meramente orientativo, porquanto decorre de política do governo local, servindo de balizamento para que tais entidades não adotem remunerações exacerbadas, além dos níveis prevalecentes no mercado de trabalho, em obediência aos princípios constitucionais que regem a Administração Pública, notadamente os da moralidade, da razoabilidade, da economicidade e da impessoalidade, observando-se, ainda, que, quando da utilização do referido teto como paradigma, dever-se-á prestigiar o princípio da irredutibilidade de salários;
- c) o teto de remuneração a ser aplicado aos policiais civis e militares e bombeiros militares do Distrito Federal é o prevalente no âmbito da União, tendo em vista o entendimento do Supremo Tribunal Federal, que lhe atribuiu a competência privativa para legislar sobre a estrutura administrativa e o regime jurídico de pessoal daquelas corporações;
- d) diante da imprecisão e complexidade da legislação que disciplina a remuneração de dirigentes e empregados de estatais, jungida ao regime trabalhista, que muito difere do arcabouço normativo que encerra a remuneração dos servidores públicos estatutários, restando árida e dificultosa a verificação das parcelas salariais que se sujeitam ao teto remuneratório, considerando, ainda, questões de economicidade, eficácia e eficiência da medida, que exigiria a atualização contínua e permanente da base informatizada de dados salariais, sem embargo de abrir espaço para eventuais discussões acerca de possível mácula à autonomia administrativa e financeira dessas entidades, tem-se por prematuro, nesse momento, o estudo sobre a possibilidade de instituição do controle, por meio do SIGRH, do teto remuneratório e demais informações estipendiárias de todas as empresas estatais do DF, afigurando-se mais apropriado que se estabeleça



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA



Fls.: 285

Proc.: 39765/06

Rubrica

um balizamento, por meio de auditorias programadas, a partir de uma apuração detalhada do arcabouço normativo e remuneratório de cada entidade e das rubricas a serem ou não submetidas ao teto.

**III -** dê conhecimento do teor desta decisão aos Excelentíssimos Senhores Governador do Distrito Federal, Presidente da Câmara Legislativa e Procurador-Geral do Distrito Federal;

**IV -** autorize o arquivamento do presente feito.

Sala das Sessões, em 04 de setembro de 2008.

**ANTONIO RENATO ALVES RAINHA**

Conselheiro-Relator

!!